



## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**30 de abril de 2018**  
**9:00 horas**

**Ouro Verde Locação e Serviço S.A.**  
**Companhia Aberta – CVM nº 2328-0**  
**CNPJ 75.609.123/0001-23**  
**Rua João Bettega, nº 5.700, CIC – Curitiba – PR**



## ÍNDICE

<b>ÍNDICE.....</b>	<b>2</b>
<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1. <i>Apreciar as contas dos administradores, o relatório da Administração, e examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.....</i>	<i>3</i>
2. <i>Apreciar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de março de 2018.....</i>	<i>3</i>
3. <i>Apreciar a proposta de remuneração global anual da Administração da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018.....</i>	<i>4</i>
<b>ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES NA FORMA DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>5</b>
<b>ANEXO II – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....</b>	<b>50</b>



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (“Companhia”) encaminha a presente proposta que tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que será realizada no próximo dia 30 de abril de 2018, às 9:00 horas (“Assembleia”), na sede social da Companhia, na Rua João Bettega, nº 5.700, CIC, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento.

A Administração esclarece que a Companhia possui três acionistas, sendo duas pessoas físicas, os senhores Karlis Jonatan Krukli e Celso Antônio Frare (o qual, inclusive, integra o quadro de administradores da Companhia), e uma pessoa jurídica por esse controlada, as quais historicamente comparecem às assembleias gerais para deliberação dos assuntos da ordem do dia proposta (para maiores informações sobre os acionistas da Companhia, vide item 15 do seu Formulário de Referência, para consulta nos *websites* da Companhia - [www.ouroverde.net.br/ri](http://www.ouroverde.net.br/ri) - e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) - [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). Tais acionistas estão cientes da data da realização da Assembleia e da ordem do dia. Assim, a Companhia poderá dispensar as formalidades de convocação caso todos os acionistas comparecerem à Assembleia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”).

Apresentamos, a seguir, aos Senhores Acionistas a proposta da administração em relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia (“Proposta”). O objetivo é esclarecer com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada, a recomendação da Administração da Companhia com relação a tais deliberações.

### **1. Apreciar as contas dos administradores, o relatório da Administração, e examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.**

As contas dos administradores estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (“Demonstrações Financeiras”), aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 09 de março de 2018. A KPMG Auditores Independentes Ltda. emitiu relatório sem ressalvas às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Os quadros das Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram publicadas no jornal “Indústria & Comércio” e no Diário Oficial do Estado do Paraná na data de 12 de março de 2018. Estas informações, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis para consulta nos *websites* da Companhia ([www.ouroverde.net.br/ri](http://www.ouroverde.net.br/ri)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 9º, III, da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, (“ICVM 481”) os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência da Companhia (conforme novo formato do Formulário de Referência instituído por meio da Instrução CVM n.º 552, de 09 de outubro de 2014), constam como **ANEXO I** à presente Proposta, a qual está disponível nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([www.ouroverde.net.br/ri](http://www.ouroverde.net.br/ri)).

#### Proposta da Administração

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras.

### **2. Apreciar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de março de 2018.**

Nos termos do artigo 21, (i), do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração da Companhia apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício, elaborada pela Diretoria.



No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 5.132.806,46 (cinco milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e seis reais e quarenta e seis centavos).

#### Proposta da Administração

Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia propõe a compensação integral do prejuízo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 com o saldo da conta de lucros acumulados.

### **3. Apreciar a proposta de remuneração global anual da Administração da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018.**

Conforme artigo 11, (iv), do Estatuto Social da Companhia, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como do Conselho Fiscal, caso instalado. Nos termos do artigo 21, (n), do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos administradores, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral.

#### Proposta da Administração

A Administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração global anual da Administração para o exercício social de 2018, no valor global de R\$ 7.628.803,96 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e três reais e noventa e seis centavos).

#### **Esclarecimentos adicionais:**

Os interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à Proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (41) 3094-7325 ou via e-mail: [ri@ouroverde.net.br](mailto:ri@ouroverde.net.br).

Em consonância com a ICVM 481, os documentos de interesse para a participação na Assembleia encontram-se em anexo e disponíveis nos *websites* da Companhia ([www.ouroverde.net.br/ri](http://www.ouroverde.net.br/ri)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Curitiba, 29 de março de 2018.

A Administração



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018

#### ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES NA FORMA DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

##### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos a locadora brasileira de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves que cresceu organicamente desde 2009 e manteve seus resultados em termos de receita de serviços e resultado operacional (EBITDA), quando comparada às demais companhias abertas do mercado de locação no Brasil. Nossa receita operacional líquida vem apresentando crescimento sustentado, com uma taxa média composta anual de crescimento (CAGR) de 12,7% nos últimos seis exercícios sociais, obtido de forma consistente e sem variações significativas anuais. Adicionalmente, nossa receita possui elevado grau de previsibilidade devido aos contratos de médio e longo prazos celebrados com nossos clientes (com prazos entre dois e sete anos de duração em 31 de dezembro de 2017), comparado com outras companhias do setor de locação no Brasil que atuam no segmento de locação com prazos menores. No que tange ao EBITDA das Operações Continuadas, apresentamos uma margem EBITDA de 64,6%, com um CAGR de 10,4% de nosso EBITDA das Operações Continuadas nos últimos seis exercícios sociais.

Nosso modelo de negócios é estruturado de forma diferenciada em relação aos nossos competidores, conjugando (i) a locação de máquinas e equipamentos pesados, por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, florestal, construção civil, infraestrutura, portuário e industrial, incluindo, principalmente, caminhões customizados, implementos rodoviários (reboques e semirreboques) e equipamentos de “linha amarela” (pás carregadeiras, retroscavadeiras e outros), com contratos com prazos de três a sete anos de duração; e (ii) a terceirização de frota de veículos leves para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de médio prazo, que variam entre dois a três anos. Complementamos nossos negócios acima mencionados, por meio da venda de máquinas e equipamentos pesados usados e de veículos leves previamente utilizados nas atividades de terceirização de frotas, após o término dos contratos com os nossos clientes. Adicionalmente, como parte dos nossos segmentos de negócios, prestamos a nossos clientes, tanto para sua frota própria quanto terceirizada junto a nós, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento, frota reserva, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros). Por fim, atuamos na aquisição de veículos leves e máquinas e equipamentos pesados seminovos para comercialização por meio da sua força de vendas já atuante, com canais de venda fortemente desenvolvidos, a fim de auxiliar tanto futuros clientes quanto empresas que necessitam de suporte para liquidação da frota própria.

Possuímos mais de 44 anos de história, com ampla experiência em locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves, bem como na venda dos ativos seminovos desmobilizados ao final de cada contrato. Nosso objetivo é oferecer aos nossos clientes vantagens competitivas em produtividade, disponibilidade e segurança, além de economia de custos, permitindo que se concentrem em seu *core business*, visando obter melhores resultados. Nosso objetivo é ser uma provedora de soluções completas para nossos clientes, atuando como *one-stop solution*, oferecendo projetos customizados que resultam em oportunidades de *cross-selling* a nossos clientes dos diversos setores atendidos por nossos segmentos de locação de máquinas e



equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. Dessa forma, procuramos assegurar um alto nível de fidelização de nossos clientes e obter um elevado índice de renovação de nossos contratos, que correspondeu a 85% dos contratos para terceirização de veículos leves e 94% dos contratos para locação de máquinas e equipamentos pesados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. As informações apontadas revelam que os nossos clientes procuraram aumentar o tamanho das frotas alugadas ao solicitar a renovação dos contratos junto a nós.

Em 31 de dezembro de 2017, contávamos com uma frota de 7.747 máquinas e equipamentos pesados e 17.938 veículos leves, com um valor contábil de aproximadamente R\$1,3 bilhão. Nossa escala de compra de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves nos permitiu desenvolver um relacionamento próximo com os principais fabricantes e montadoras instalados no Brasil, o que se traduz em condições de preço, entrega e pagamento diferenciadas, o que por sua vez, termina por beneficiar os nossos clientes.

Nossos diretores entendem que contamos com condições financeiras, patrimoniais e de gestão adequadas para implementar o nosso plano de negócios e cumprir as nossas obrigações de curto e médio prazos.

Em 18 de outubro de 2013, adquirimos 99% do capital social da Positano Participações Ltda., cuja razão social foi alterada na mesma data para Ouro Verde Revenda Ltda. A participação remanescente de 1,00% do Capital da Ouro Verde Revenda Ltda. é detida pelo Sr. Celso Antônio Frare. A sociedade tem por finalidade atuar na comercialização de veículos, tendo se tornado operacional somente em fevereiro de 2014, não apresentando receita até a referida data.

Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia protocolou, perante a CVM, pedido de registro de distribuição pública das debêntures de sua terceira emissão, tendo sido o registro dessa oferta concedido pela CVM em 11 de março de 2014.

Em julho de 2014, 2015 e 2016, a Fitch Ratings, uma das principais agências de análise de risco no mercado financeiro internacional publicou a confirmação de nosso *rating* corporativo como “A(bra)”, com perspectiva estável, sob o reflexo da previsibilidade da receita, decorrente de contratos de longo prazo para prestação de serviços de locação de frotas de veículos leves e de máquinas e equipamentos pesados. A classificação também destaca o resultado da base de negócios diversificada, crescente e rentável, além da moderada alavancagem financeira. O relatório destaca ainda a diversificação da exposição a setores da economia e a diluição dos riscos de volatilidade em nossos resultados, gerando maior previsibilidade da receita e da geração de caixa operacional. Em março de 2017 a Fitch Ratings confirmou nosso *rating* corporativo como “A(bra)”, com observação negativa.

Para o ano de 2017, a Fitch removeu a Observação Negativa dos ratings devido aos esforços de refinanciamento realizados pela Ouro Verde em 2017 que melhoraram o perfil de vencimento da dívida e reduziram os riscos de refinanciamento no curto prazo. Outro ponto que vale destacar foi a redução da alavancagem, considerada hoje baixa. A alavancagem líquida ajustada pelo FFO está entre 1,5 vez e 2,0 vezes. Os índices dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado e alavancagem líquida ajustada pelo FFO atingiram 2,9 vezes e 2,0 vezes no final de 2017, de um pico de 3,7 vezes e 2,5 vezes, respectivamente, em 2014. O fluxo de caixa operacional deve permanecer robusto, conforme vem ocorrendo nos últimos anos. A esperada redução de pagamentos de juros nos próximos anos – devido à gestão de passivos e à redução das taxas de juros no Brasil – ajudará a aumentar o FFO. O fluxo de caixa livre (FCF) também deve permanecer positivo, mesmo com a projeção de aumento dos investimentos para 2018.

Em 11 de novembro de 2015, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição de 20.000 debêntures simples, nos termos de Instrução CVM 476, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 4ª (quarta) emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante total de R\$ 200,0 milhões.

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia realizou a 1ª emissão pública de 30 notas promissórias comerciais para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando uma captação de R\$30.000.000,00. As referidas notas promissórias comerciais foram antecipadamente resgatadas no dia 29 de dezembro de 2016.



Em 25 de novembro de 2016, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição de 290.000.000 debêntures simples, nos termos de Instrução CVM 476, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em duas séries, da 5ª (quinta) emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando uma captação de R\$ 290.000.000,00.

Em 23 de janeiro de 2017, a Companhia realizou sua 2ª emissão pública de 30 notas promissórias comerciais para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando uma captação de R\$30.000.000,00.

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição de 254.770.600 debêntures simples, nos termos de Instrução CVM 476, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 6ª (sexta) emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando uma captação de R\$ 254.770.600,00.

As informações constantes deste item 10 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso site ([www.ouroverde.net.br/ri](http://www.ouroverde.net.br/ri)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**Condições financeiras e patrimoniais gerais com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.**

As tabelas a seguir evidenciam determinadas medições não contábeis relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2017	2016	variação 2017 x 2016		2015	variação 2016 x 2015		
	Valor	Valor	Varição em R\$	Varição Percentual	Valor	Varição em R\$	Varição Percentual	
	<i>(em R\$ mil, exceto percentuais)</i>							
<b>EBITDA</b>	455.624	487.277	(31.653)	-6,5%	471.503	15.774	3,3%	
EBITDA do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados	303.711	321.089	(17.378)	-5,4%	299.475	21.614	7,2%	
EBITDA do segmento de terceirização de veículos leves	151.913	166.188	(14.275)	-8,6%	172.028	(5.840)	-3,4%	
<b>Dívida Líquida</b>	1.308.504	1.452.177	(143.673)	-9,9%	1.550.034	(97.857)	-6,3%	
<b>ROIC</b>	8,8%	9,2%	-0,4%	-	8,5%	0,7%	-	

***EBITDA das Operações Continuadas***

O EBITDA dos segmentos de Pesados e Leves (conforme definido no item 3.2 deste Formulário de Referência) apresentou um recuo de 6,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com o mesmo período de 2016, dos quais 8,6% decorreram da redução do EBITDA do segmento terceirização de veículos leves decorrente da estratégia da Companhia em selecionar os clientes mais rentáveis e os contratos com melhores margens a fim de manter sua solidez financeira, visando redução nos níveis de sua alavancagem financeira.

Nosso EBITDA apresentou um aumento de 3,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando comparado com o mesmo período de 2015. dos quais 7,2% decorreram do aumento do EBITDA do segmento de máquinas e equipamentos pesados decorrente da melhora na eficiência operacional da Companhia neste segmento.



### ***Dívida Líquida***

A posição da nossa dívida líquida em 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$1.308,5 milhões, em comparação a R\$1.452,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$1.550,0 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A redução da dívida entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 foi em razão da estratégia da Companhia na manutenção da sua solidez financeira buscando novos investimentos ainda mais seletivos, visando redução nos níveis de alavancagem financeira. Para isso, em 2017, substancialmente os investimentos foram de renovação da nossa frota de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves, conforme a estratégia da Companhia em selecionar os clientes mais rentáveis e os contratos com melhores margens. A alavancagem (Dívida Líquida dividida pelo Ebitda das Operações Continuadas) diminuiu de 2,98 em 2016, para 2,87 em 2017.

Nos últimos três exercícios sociais, entre as principais ações para o financiamento da aquisição da frota, está a utilização das operações na modalidade FINAME, as quais totalizaram R\$ 1.216,9 milhões ao final de 31 de dezembro de 2017, o qual possui custos médios atrativos, bem como por meio de contratos de arrendamento mercantil com taxas pré-fixadas e que possuem benefícios fiscais como a tomada dos créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos das contraprestações e a dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social. Todos estes benefícios fiscais ocorrem, de forma acelerada, durante o prazo do contrato de arrendamento mercantil, que ocorrem num prazo entre 24 e 36 meses, o que acreditamos eliminar nossa exposição aos eventuais desvios da precificação efetuada nos contratos junto a nossos clientes. As modalidades FINAME e arrendamentos mercantis somadas representaram 43,2% do nosso endividamento líquido em 31 de dezembro de 2017 (51,0% em 31 de dezembro de 2016). Essa redução refere-se à mudança do programa FINAME que a partir de 2015 reduziu a participação do BNDES de 80% para 50% e 70% e, conseqüentemente, realizamos captações via emissão de debêntures e contratação de linhas de capital de giro para fazer frente ao percentual restante de investimentos no segmento de máquinas e equipamentos pesados.

Frente a um cenário de recessão no ano de 2016 com uma retomada sutil no ano de 2017, mantivemos nosso saldo de caixa, tendo uma posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas (no ativo circulante e não circulante) que acreditamos ser confortável para nossa estrutura do negócio e nosso planejamento estratégico. Nossa posição de caixa correspondeu a R\$230,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$247,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$362,6 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, 65,2% do nosso endividamento bruto estava alocado no longo prazo, em comparação a 56,0% em 31 de dezembro de 2016 e 64,3% em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do nosso caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas correspondia a 43,0% da nossa dívida bruta de curto prazo, o que acreditamos nos assegurar uma posição adequada de liquidez, comparado a 33,1% e 53,1% em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

Também celebramos contratos de empréstimos para o capital de giro, incluindo emissões de debêntures. Sobre estas, em 11 de maio de 2011, efetuamos nossa segunda emissão de debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 476, em 2 (duas) séries, no valor total de R\$165,0 milhões, com vencimento em 11 de maio de 2016 para as debêntures da 1ª série e 11 de abril de 2016 para as debêntures da 2ª série, tendo sido a referida emissão aprovada por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de maio de 2011. Em 20 de dezembro de 2013, realizamos nossa terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fidejussória, em duas séries, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM n.º 400, no valor total de R\$250,0 milhões. Em 11 de novembro de 2015, realizamos nossa quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fidejussória, em série única, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM n.º 476, no valor total de R\$200,0 milhões. Em 14 de dezembro de 2016, realizamos nossa quinta emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM n.º 476, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 2 (duas) séries, no valor total de R\$290,0 milhões. Em 12 de setembro de 2017, realizamos a nossa sexta emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM n.º 476, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, no valor total de R\$ 254,8 milhões.

Em novembro de 2015, recomparamos a totalidade de nossas debêntures da segunda emissão pelo valor de





R\$40,3 milhões e, em seguida, as cancelamos. Em 12 de setembro de 2016 e 14 de dezembro de 2016, recomparamos 2.800 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$28,0 milhões e 10.422 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$100,0 milhões, respectivamente, as quais permanecem disponíveis para venda e estão mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2016.

Durante o exercício de 2017 a Companhia: (i) vendeu 7.467 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão pelo valor de R\$ 67,2 milhões; (ii) recomprou 4.578 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 26,8 milhões; (iii) vendeu 3.415 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 20 milhões; (iv) vendeu mais 5.521 debêntures no valor de R\$ 29,9 milhões, permanecendo disponíveis para venda e mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 um saldo de 1.397 debêntures da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 6,4 milhões. Adicionalmente, no dia 29 de setembro de 2017, a Companhia (v) recomprou 4.500 debêntures emitidas na 1ª série da 3ª emissão, no valor de R\$ 9 milhões e (vi) recomprou 2.497 debêntures emitidas na 2ª série da 3ª emissão, no valor de R\$ 12,2 milhões, as quais permaneciam disponíveis para venda e estavam mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2017.

Nossa administração considera o índice Dívida Líquida/EBITDA das Operações Continuadas como um dos principais indicadores para o acompanhamento da nossa situação financeira, o qual se encontra demonstrado abaixo para as datas indicadas.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	<i>(em R\$ mil, exceto índices)</i>		
Dívida Líquida	1.308.504	1.452.177	1.550.034
EBITDA das Operações Continuadas	455.624	487.277	471.503
<b>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Operações Continuadas<sup>1</sup></b>	<b>2,87</b>	<b>2,98</b>	<b>3,29</b>

<sup>1</sup>Esse índice é uma medida de nossa alavancagem financeira, e demonstra o número de anos de geração de caixa requeridos para pagar todo o nosso endividamento.

Se correlacionarmos o indicador Dívida Líquida/EBITDA das Operações Continuadas de 2,87 anos *versus* o prazo médio de contratação de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves, de 4,1 anos, em 31 de dezembro de 2017, além da receita com venda da frota desmobilizada ao final dos contratos, acreditamos que o resultado demonstra que o prazo médio de contratação é compatível se comparado ao índice da Dívida Líquida/EBITDA das Operações Continuadas. Assim, acreditamos que a geração de caixa destes contratos, somado à receita de venda da frota ao final dos contratos, é suficiente para quitar nossas obrigações atuais e futuras, levando-nos a acreditar que temos uma estrutura de dívida adequada e conservadora para a continuidade do nosso negócio.

#### **ROIC (“Return On Invested Capital” – Retorno sobre o capital investido)**

Ao analisarmos o nosso ROIC para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, observamos que o indicador se mantém estável, sendo 8,5%, 9,2% e 8,8%, respectivamente. Essa manutenção do ROIC se deu em função da redução do volume de investimentos que totalizou R\$442,5 milhões, R\$313,0 milhões e R\$ 303,0 milhões, respectivamente, buscando o aumento da rentabilidade operacional através da redução de custos e despesas fixas e investimentos mais seletivos em contratos mais rentáveis.

#### **b. estrutura de capital**

Nossos diretores entendem que possuímos uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das nossas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução das nossas operações. Nossas atividades de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves são caracterizadas pela necessidade de uso intensivo de capital e, desta forma, entendemos que é fundamental o acesso ao mercado financeiro e de capitais próprios para financiar a expansão e renovação da nossa frota além de fortalecer nossa posição de liquidez.



Em 31 de dezembro de 2017, nosso patrimônio líquido era de R\$185,4 milhões, comparado a R\$190,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$183,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução de 2,7% em nosso patrimônio líquido, se comparado ao exercício anterior, deveu-se a estratégia da Companhia em selecionar os clientes mais rentáveis e os contratos com melhores margens a fim de manter sua solidez financeira, visando redução nos níveis de sua alavancagem financeira. Em 2015, 2016 e 2017 não houve variação no capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa estrutura de capital era composta por 9,4% de capital próprio e 90,6% de capital de terceiros, comparados a 8,9% de capital próprio e 91,1% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2016 e 7,6% de capital próprio e 92,4% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2015, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
		<i>(em R\$ mil)</i>	
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	102.723	102.723	102.723
Reserva de lucros	82.624	87.735	80.887
Ajustes de avaliação patrimonial	26	48	87
Participação de acionistas não controladores	14	10	7
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>185.387</b>	<b>190.516</b>	<b>183.704</b>
<b>Capital de terceiros</b>			
Passivo circulante	647.110	844.715	816.288
Passivo não circulante	1.135.087	1.098.946	1.422.930
Total do passivo	<b>1.782.197</b>	<b>1.943.661</b>	<b>2.239.218</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.967.584</b>	<b>2.134.177</b>	<b>2.422.922</b>

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos cumprido todas as nossas obrigações referentes a nossos compromissos financeiros e, até a data neste Formulário de Referência, temos mantido a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos.

Nossa administração entende que nossos níveis de geração de caixa operacional e de endividamento nos permitem conduzir nossas atividades operacionais, bem como implementar nossa estratégia de expansão e crescimento, mediante o uso de recursos próprios e a contratação de empréstimos e financiamentos para tais fins. Nossos diretores acreditam que temos condições de contratar e capacidade para pagar pelos empréstimos e financiamentos que contratamos no curso normal das nossas atividades.

Considerando o perfil do nosso endividamento, nosso modelo de negócios e nosso fluxo de caixa (que compreende primordialmente a geração de caixa operacional e a venda da frota desmobilizada), alinhada a uma previsibilidade do caixa futuro advindo dos nossos contratos de longo prazo (os quais incluem penalidades pecuniárias em caso de rescisões unilaterais), e o fato de adquirirmos frota somente após a assinatura dos contratos de locação relativos a tais ativos, faz com que a nossa administração entenda que temos liquidez e recursos de capital suficientes para financiar nossos investimentos e honrar nossas obrigações contratuais de curto prazo (até um ano), médio prazo (entre 2 e 3 anos) e longo prazo (acima de 3 anos), embora não possamos garantir que tal situação permanecerá assim no futuro.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face aos compromissos assumidos para as datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras:



	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Ativo imobilizado/Dívida líquida	0,98	1,00	1,03
Dívida líquida/EBITDA das Operações Continuadas	2,98	3,29	3,67
EBITDA das Operações Continuadas /Despesas financeiras líquidas	2,21	2,31	2,72

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Efetuamos a aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves para atender à demanda de locação e/ou terceirização, conforme o caso, contratada junto aos nossos clientes. Se correlacionarmos o indicador dívida líquida/EBITDA das Operações Continuadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 (2,87) *versus* o prazo médio de contratação de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves, de 4,1 anos, em 31 de dezembro de 2017, aliado à receita com a venda da frota desmobilizada ao final dos contratos, acreditamos que o resultado demonstra que o prazo médio com a geração de caixa das contratações é superior à dívida líquida/EBITDA das Operações Continuadas. Assim, acreditamos que a geração de caixa destes contratos, somado à receita de venda da frota desmobilizada ao final dos contratos, é suficiente para quitar nossas obrigações atuais e futuras, levando-nos a acreditar que temos uma estrutura de dívida adequada e conservadora para a continuidade do nosso negócio. Para o financiamento da renovação e expansão da nossa frota, utilizamos as fontes de financiamento disponíveis de forma a criar uma precificação atrativa dos nossos serviços a nossos clientes, ainda assim atendendo a nossos critérios mínimos de rentabilidade. Assim, grande parte dos investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos pesados é realizada mediante contratação de financiamento na modalidade FINAME/TJLP e FINAME/PSI. Consideramos essa modalidade particularmente atrativa se comparada às demais opções disponíveis no mercado, especialmente em razão de seu custo pré-fixado e taxas de juros diferenciadas. Para a aquisição de máquinas e equipamentos que não se enquadram na modalidade FINAME, contratamos operações de financiamento via arrendamento mercantil, também utilizadas na aquisição de veículos leves.

Para suprir nossas necessidades de capital de giro, utilizamos diversas modalidades de empréstimos e financiamentos, tais como operações com captação em moeda estrangeira (nos termos da Lei n.º 4.131) com *swap* do risco cambial para a variação do CDI (nas mesmas condições e fluxo de pagamento da operação em moeda estrangeira, de modo a eliminar integralmente o risco de exposição cambial), emissão de cédulas de crédito bancário e de debêntures. As operações para suprir a necessidade do capital de giro são usualmente indexadas pela variação do CDI, acrescida de um *spread* negociado contratualmente.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas no nosso fluxo de caixa, vide item 10.2(a) abaixo. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) abaixo.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Para cobertura de deficiências de liquidez eventualmente constatadas, nossa administração pretende utilizar, sem prejuízo de novas fontes de financiamento disponíveis, recursos do mercado de capitais. Em caso de eventual crise de liquidez, os diretores entendem que ainda poderemos buscar linhas de crédito no mercado interno e/ou externo e/ou recursos adicionais junto a nossos acionistas. Em 31 de dezembro de 2017, nossa posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas correspondia a R\$230,1 milhões (comparada a R\$247,5 milhões e R\$362,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

Além de utilizarmos os recursos gerados por nossas atividades, também efetuamos captações de empréstimos e financiamentos junto às principais entidades financeiras do país para suprir nossas necessidades de capital de giro e investimentos na renovação e expansão da nossa frota, e para a promoção do nosso contínuo crescimento.

**f. níveis de endividamento e características das dívidas**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos nossos financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos mercantis e instrumentos financeiros derivativos líquido (ativo e passivo) era de R\$1.538,6 milhões (R\$1.699,7



milhões e R\$1.912,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente). Nossa dívida líquida é calculada pela adição dos nossos empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, instrumentos financeiros derivativos a pagar e debêntures, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, instrumentos financeiros derivativos a receber e aplicações financeiras vinculadas registradas no ativo circulante e não circulante, e totalizou R\$1.308,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.452,2 milhões e R\$1.550,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente). Na mesma data, nosso patrimônio líquido era de R\$185,4 milhões (R\$190,5 milhões e R\$183,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

As principais características da nossa dívida líquida, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de juros <sup>1</sup>	Ano de vencimento <sup>2</sup>	Em 31 de dezembro de		
				2017	2016	2015
FINAME	R\$	8,93% a.a.	2022	261.240	392.492	563.225
CDC	R\$	15,97% a.a.	2022	70.528	67.624	33.982
Empréstimos em Moeda Estrangeira	US\$	Dólar + 3,29% a.a.	2019	67.861	226.190	377.789
Instrumentos financeiros derivativos	US\$	CDI + 3,73% a.a.	2019	5.454	8.419	-88.934
Capital de giro	R\$	CDI + juros de 2,98% a.a.	2022	254.571	247.836	219.602
Arrendamento mercantil	R\$	Pré-Fixado 1,33% a.m. Pós-Fixado CDI + 0,49% a.m.	2022	233.261	279.991	387.340
Debêntures (2ª Emissão)	R\$	CDI + 3,0% a.a.	2016	-	-	-
Debêntures (3ª Emissão) – 1ª Série	R\$	CDI + 2,4% a.a.	2018	13.753	86.762	155.043
Debêntures (3ª Emissão) – 2ª série	R\$	CDI + 2,5% a.a.	2019	17.825	50.511	69.138
Debêntures (4ª Emissão)	R\$	CDI + 3,25% a.a.	2018	83.500	61.466	195.509
Debêntures (5ª Emissão) – 1ª Série	R\$	CDI + 5,00% a.a.	2020	114.508	114.021	-
Debêntures (5ª Emissão) – 2ª série	R\$	CDI + 5,00% a.a.	2020	164.679	164.401	-
Debêntures (6ª Emissão)	R\$	CDI + 5,50% a.a.	2022	251.459	-	-
<b>Dívida Bruta</b>				<b>1.538.639</b>	<b>1.699.713</b>	<b>1.912.694</b>
Caixa e equivalentes de caixa				-140.707	-112.651	-187.448
Aplicações financeiras vinculadas				-89.428	-134.885	-175.212
Total de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas				-230.135	-247.536	-362.660
<b>Dívida Líquida</b>				<b>1.308.504</b>	<b>1.452.177</b>	<b>1.550.034</b>

<sup>1</sup> Conforme taxa média efetiva de juros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade de financiamento.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016:



Vencimento (em R\$ mil)

2018	2019	2020	2021 em diante	Total
534.819	497.856	295.385	210.579	1.538.639

### Instrumentos derivativos

Conforme política interna, nosso resultado financeiro deve ser proveniente exclusivamente da nossa geração de caixa, e não por meio de ganhos no mercado financeiro. Portanto, nossa Administração, bem como nossas políticas internas, permitem a contratação de instrumentos derivativos apenas com a finalidade de nos proteger de eventuais exposições decorrentes dos riscos aos quais estamos expostos, sem fins especulativos. Atualmente, utilizamos instrumentos derivativos para nos proteger de ameaça cambial de nossos financiamentos denominados em moeda estrangeira. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto, nunca alavancando a posição, e buscamos a adoção de cláusulas padrão de mercado a este produto financeiro em todas as operações que contratamos.

### Programas de Parcelamento de Tributos

Tendo em vista a possibilidade de redução de multa de mora e juros incidentes sobre os débitos fiscais existentes, optamos por aderir, em 2011, ao programa de anistia federal REFIS IV de tributos federais e contribuições previdenciárias, por meio do qual consolidamos, inclusive, o saldo remanescente dos débitos consolidados em parcelamentos anteriores. O pagamento dos débitos parcelados se dará em até 81 meses, com atualização de acordo com a variação da SELIC. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo deste parcelamento totalizava R\$29,2 mil, com 4 parcelas ainda vincendas.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

*Empréstimos junto ao BNDES na modalidade FINAME (“FINAME”)*

Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos aproximadamente 1.176 contratos de financiamento na modalidade FINAME, firmados junto a agentes financeiros atuando em nome do BNDES entre 2012 e 2017, para o curso normal dos nossos negócios (notadamente para a renovação e expansão da nossa frota de máquinas e equipamentos pesados). A maioria desses contratos foram celebrados com prazos de 60 meses, com prazo de carência de seis a doze meses, com pagamentos de juros trimestrais, sendo as amortizações do principal variando entre 36 e 54 meses. Os contratos possuem uma taxa média de 8,93% a.a. em 31 de dezembro de 2017. Nossas obrigações nestes contratos são garantidas pelos bens financiados e avais prestados por nossos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desses contratos era de R\$261,2 milhões, o que representava 20,0% da nossa dívida líquida na mesma data.

*Empréstimos para Arrendamento Mercantil (“Leasing”)*

Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos cerca de 1.155 contratos de financiamento na modalidade arrendamento mercantil (“Leasing”), que se caracterizam como operações pré ou pós-fixadas, firmadas para a aquisição de veículos leves e de máquinas e equipamentos pesados que não se enquadram na modalidade FINAME. Os contratos têm vigência variada de 24 a 60 meses, com pagamentos de juros e amortização do principal da dívida que variam entre 18 e 54 meses. A maioria dos contratos conta com carência de seis meses. Em 31 de dezembro de 2017, as taxas médias de juros pré-fixadas dos nossos contratos eram de 1,33% a.m. e nossos contratos pós fixados eram de CDI + 0,49% a.m. Nossas obrigações nestes contratos são garantidas pelos bens financiados, bem como por avais prestados por nossos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desses contratos era de R\$233,3 milhões, o que representava 17,8% da nossa dívida líquida.

*Empréstimos para Operações 4131 com swap*

Em 31 de dezembro de 2017, éramos parte em 5 contratos de empréstimos na modalidade 4131, firmados entre 2015 e 2017, para o curso normal dos nossos negócios. Os prazos destes contratos variam entre 12 e 48 meses, com pagamentos de juros mensais e sucessivos, sendo que a maioria possui carência entre 5 e 23 meses para amortização do principal, e a taxa média de juros, já considerando o instrumento financeiro derivativo de swap, corresponde à variação do CDI acrescido de spread de 3,29% a.a. Nossas obrigações nestes contratos são



geralmente garantidas por aval prestado por nossos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto destes contratos era de R\$67,9 milhões e, considerando os resultados dos contratos de swap, era de R\$73,3 milhões, representando 5,6% de nossa dívida líquida.

#### *Operações CDC*

Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos 372 contratos de financiamento na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor, firmados junto a agentes financeiros, para o curso normal dos nossos negócios, em especial, para a renovação e expansão da nossa frota de máquinas e equipamentos pesados. A maioria desses contratos foi celebrada com prazos que variam de 24 a 60 meses, prazo de carência de seis a nove meses, previsão de pagamento de juros mensais, com as amortizações do principal variando entre 30 e 54 meses. A taxa média de juros aplicável a esses contratos corresponde a taxa de 15,97% a.a. Nossas obrigações nestes contratos são garantidas pelos bens financiados e avais prestados por nossos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desses contratos era de R\$70,5 milhões, o que representava 5,4% da nossa dívida líquida na mesma data.

#### *Emissões de debêntures*

##### Debêntures da nossa terceira emissão

Em 20 de dezembro de 2013, nosso Conselho de Administração aprovou nossa terceira emissão de debêntures, com as seguintes características:

- Foram emitidas 25.000 debêntures, em duas séries, com valor total de R\$250,0 milhões, sendo R\$180,0 milhões relativos às debêntures da 1ª série e R\$70,0 milhões relativos às debêntures da 2ª série;
- A data de emissão das debêntures foi 15 de março de 2014;
- As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, e foi destinada exclusivamente a investidores qualificados;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações da nossa emissão e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- As debêntures da 1ª série possuem prazo de vigência de 4 anos, com 18 meses de carência, com pagamento do principal em 31 parcelas mensais e sucessivas, e dos juros em 48 parcelas mensais e sucessivas. As debêntures da 2ª série possuem prazo de vigência de 5 anos, com 24 meses de carência, com pagamento do principal em 37 parcelas mensais e sucessivas, e dos juros em 60 parcelas mensais e sucessivas;
- As debêntures fazem jus à remuneração equivalente à variação da taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa de (i) 2,40% ao ano para as debêntures primeira série; e (ii) 2,50% ao ano para as debêntures da segunda série;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

Em 29 de setembro de 2017 a companhia recomprou 4.500 debêntures emitidas na 1ª série da 3ª emissão, no valor R\$ 9 milhões e recomprou 2.497 debêntures emitidas na 2ª série da 3ª emissão no valor de R\$ 12,2 milhões, as quais permaneciam disponíveis para venda e estavam mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto das debêntures da nossa terceira emissão era de R\$31,6 milhões.

##### Debêntures da nossa quarta emissão

Em 03 de novembro de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou nossa quarta emissão de debêntures, com as seguintes características:

- Foram emitidas 20.000 debêntures, em série única, com valor total de R\$200,0 milhões;
- A data de emissão das debêntures foi 25 de novembro de 2015;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação registrada perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09;



- As debêntures são simples e não conversíveis em ações da nossa emissão e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- As debêntures possuem prazo de vigência de 3 anos, com 12 meses de carência, com pagamento do principal em 24 parcelas mensais e sucessivas, e dos juros em 36 parcelas mensais e sucessivas;
- As debêntures fazem jus à remuneração equivalente à variação da taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa de 3,25% ao ano;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

Nos dias 12 de setembro de 2016 e 14 de dezembro de 2016, recomparamos 2.800 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$28 milhões e 10.422 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$100,0 milhões, respectivamente.

Durante o exercício de 2017 a Companhia: (i) vendeu 7.467 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão pelo valor de R\$ 67,2 milhões; (ii) recomprou 4.578 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 26,8 milhões; (iii) vendeu 3.415 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 20 milhões; (iv) vendeu mais 5.521 debêntures no valor de R\$ 29,9 milhões, permanecendo disponíveis para venda e mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 um saldo de 1.397 debêntures da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 6,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto das debêntures da nossa quarta emissão era de R\$83,5 milhões.

#### Debêntures da nossa quinta emissão

Em 21 de novembro de 2016, nosso Conselho de Administração aprovou nossa quinta emissão de debêntures, com as seguintes características:

- Foram emitidas 290.000.000 debêntures, em duas séries, com valor total de R\$290,0 milhões, sendo R\$120,0 milhões relativos às debêntures da 1ª série e R\$170,0 milhões relativos às debêntures da 2ª série;
- A data de emissão das debêntures foi 25 de novembro de 2016;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação registrada perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações da nossa emissão e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- As debêntures da 1ª série possuem prazo de vigência de 3 anos, com 12 meses de carência, com pagamento do principal em 24 parcelas mensais e sucessivas, e dos juros em 36 parcelas mensais e sucessivas. As debêntures da 2ª série possuem prazo de vigência de 4 anos, com 12 meses de carência, com pagamento do principal em 36 parcelas mensais e sucessivas, e dos juros em 48 parcelas mensais e sucessivas;
- As debêntures fazem jus à remuneração equivalente à variação da taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa de (i) 3,95% ao ano para as debêntures 1ª série; e (ii) 4,50% ao ano para as debêntures da 2ª série;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

Em setembro de 2017 a companhia efetuou aditamento nos prazos e taxas das nossas 1ª e 2ª séries da nossa 5ª emissão de debêntures, visando o alongamento de nossa dívida de curto prazo, ficando conforme abaixo alterado:

- As debêntures da 1ª e 2ª séries de nossa 5ª emissão foram alteradas para um prazo final em novembro de 2020, com amortização inicial em agosto de 2018; trabalhando com parcelas de amortizações ajustadas a nosso fluxo de caixa;
- As debêntures foram repactuadas para uma remuneração equivalente à variação da taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa de 5,00%;

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto das debêntures de nossa quinta emissão era de R\$ 279,2 milhões.



### Debêntures da nossa sexta emissão

Em 12 de setembro de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou nossa sexta emissão de debêntures, com as seguintes características:

- Foram emitidas 254.770.600 debêntures, em série única, com valor total de R\$254,8 milhões;
- A data de emissão das debêntures foi 29 de setembro de 2017;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação registrada perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações da nossa emissão e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- As debêntures possuem prazo de vigência de 5 anos, com 12 meses de carência, com pagamento do principal em 42 parcelas mensais com parcelas de amortizações ajustadas a nosso fluxo de caixa, e dos juros em 54 parcelas mensais e sucessivas;
- As debêntures fazem jus à remuneração equivalente à variação da taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa de 5,50% ao ano;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto das debêntures de nossa sexta emissão era de R\$ 251,5 milhões.

### Notas Promissórias Comerciais

Em 24 de agosto de 2016, nossos acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, nossa 1ª emissão pública de 30 notas promissórias comerciais para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando uma captação de R\$30 milhões, cuja emissão foi realizada em 12 de setembro de 2016. As referidas notas promissórias comerciais foram antecipadamente resgatadas no dia 29 de dezembro de 2016.

Em 13 de janeiro de 2017, nossos acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, nossa 2ª emissão pública de 30 notas promissórias comerciais, de acordo com a Instrução da CVM n° 566, de 31 de julho de 2015, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando uma captação de R\$30 milhões, cuja emissão foi realizada em 23 de janeiro de 2017. As referidas notas promissórias comerciais foram totalmente liquidadas no dia 24 de julho de 2017.

### Indicadores Financeiros

Assumimos, no contexto das nossas emissões de debêntures, a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente, e indicadores não financeiros, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, dentre os quais:

- Dívida líquida / EBITDA das Operações Financeiras;
- EBITDA das Operações Financeiras / Despesas financeiras líquidas;
- Dívida líquida / ativo imobilizado;
- Dívida financeira bruta total;
- Dívida financeira líquida total;
- Dívida em instituições financeiras em curto prazo / Dívida em instituições financeiras; e
- Total de Investimentos.

Maiores informações sobre esses índices financeiros estão indicadas no item 10.1 (f) (iv).

### *Empréstimos para Capital de Giro*

Em 31 de dezembro de 2017, éramos parte em 28 contratos de empréstimos para capital de giro, firmados entre 2014 e 2017, para o curso normal dos nossos negócios. Os prazos destes contratos variam entre 30 e 54 meses, com pagamentos de juros mensais e sucessivos, sendo que a maioria possui carência entre 3 e 12 meses para





amortização do principal, e possui taxa média de juros aplicáveis aos mesmos corresponde à variação do CDI acrescido de spread de 2,98% a.a.. Nossas obrigações nestes contratos são geralmente garantidas por aval prestado por nossos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto desses contratos era de R\$254,4 milhões, o que representava 19,5% da nossa dívida líquida.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015 e 2014 não possuíamos quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas aqui citadas e em nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis e instrumentos de emissão de debêntures são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME, cessão fiduciária de certificados de depósitos bancários e garantia hipotecária para algumas operações, cessão fiduciária de recebíveis de clientes e aval prestado por nossos acionistas controladores.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era o seguinte nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015	
	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)
Obrigações com garantia real	1.772.039	99,4	1.874.561	96,4	2.179.228	97,3
Obrigações quirografárias	10.158	0,6	69.100	3,6	59.990	2,7
Obrigações com garantia flutuante	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo circulante e não circulante</b>	<b>1.782.197</b>	<b>100,0</b>	<b>1.943.661</b>	<b>100,0</b>	<b>2.239.218</b>	<b>100,0</b>

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- limitações quanto à distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou distribuições de outras naturezas aos nossos acionistas em caso de descumprimento contratual (ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório);
- manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos;
- necessidade de prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%; e
- limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

**Cálculo de índices financeiros (covenants) aplicáveis a nossos empréstimos, financiamentos e emissões de debêntures**

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, operações na modalidade BNDES/FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto a certas instituições financeiras, bem como nas debêntures de sua emissão, assumimos a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados



anualmente e trimestralmente, com base em nossos balanços consolidados e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- A razão entre nossa dívida financeira líquida (conforme definido abaixo) e nosso EBITDA das operações financeiras (conforme definido abaixo e no item 3.2 do Formulário de Referência) não pode ser superior a 3,00 (menor índice relacionado nos contratos). Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, este índice era de 1,89, 2,04 e 2,34, respectivamente;
- A razão entre nosso EBITDA das operações financeiras (conforme definido abaixo e no item 3.2 do Formulário de Referência) e nossas despesas financeiras líquidas (conforme definido abaixo) não pode ser inferior a 3,20 (menor índice relacionado nos contratos). Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, este índice era de 3,21, 3,23 e 3,24 respectivamente;
- A razão entre nossa dívida financeira líquida (conforme definido abaixo) e nosso ativo imobilizado (conforme definido abaixo) não pode ser superior a 1,05. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, este índice era de 1,02, 1,00 e 0,97 respectivamente; e
- A dívida financeira bruta (conforme definido abaixo) deve ser menor ou igual a R\$ 1.900,0 milhão até o fechamento do 3º trimestre de 2018, com redução de R\$ 100 milhões a cada 4 períodos após este fechamento até a data do vencimento. Em 31 de dezembro de 2017, este índice foi de R\$ 1.538,6 milhões.
- A dívida financeira líquida (conforme definido abaixo) deve ser menor ou igual a R\$ 1.550,0 milhão até o fechamento do 4º trimestre de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, este índice foi de R\$ 1.538,6 milhão.
- A razão entre a dívida com instituições financeiras de curto prazo (conforme definido abaixo) e nossa dívida com instituições financeiras (conforme definido abaixo) deve ser menor ou igual a 0,5. Em 31 de dezembro de 2017, este índice foi de 0,35.
- Os investimentos de cada ano individualmente em ativo imobilizado não deverão ser superiores a R\$ 450 milhões.

Para os fins dos índices acima:

- EBITDA das Operações Financeiras significa o lucro (prejuízo) líquido dos últimos 12 meses, excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e dos montantes de PIS/COFINS diferidos calculados sobre a depreciação e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa. Entende-se por “frota” quaisquer veículos leves, veículos pesados, veículos utilitários, máquinas e equipamentos da nossa titularidade.
- Dívida Financeira Líquida significa a somatória de todos os nossos endividamentos no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; todas as garantias diretas ou indiretas da empresa com relação a obrigações (contingentes ou de outra maneira) nossas para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens ou serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta nossa relacionada a obrigações contratuais bem como todas as nossas obrigações representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; todas as nossas obrigações, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; todos os nossos endividamentos garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente a nós, independentemente de nós de outro modo termos nos tornando responsáveis pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável; outras dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo dívidas tributárias, valores a pagar a



acionistas, líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos; deduzida de todos os saldos em nossas contas de caixa e aplicações financeiras, bem como quaisquer aplicações nossas vinculadas.

- Despesas Financeiras Líquidas significa as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas sem limitação a despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontadas; de o somatório de receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo mas não se limitando a receitas de aplicações financeiras.
- Ativo Imobilizado significa as aplicações permanente em bens e direitos que são direcionados à manutenção da nossa atividade (composta de bens como máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos e outros).
- Dívida Financeira Líquida no Curto Prazo significa os empréstimos e financiamentos descritos, exclusivamente, na conta de ativo circulante do balanço consolidado da Companhia.
- Dívida Financeira Bruta significa a somatória de todos os endividamentos da Companhia no que diz respeito a valores em dinheiro tomados em empréstimo de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação obrigações relacionadas ao aceite de linhas de crédito e de empréstimos relativos a cartas de crédito; todas as garantias diretas ou indiretas da emissora com relação a obrigações (contingentes ou de outra maneira) da Companhia para com qualquer outra pessoa ou instituição financeira, por operações de empréstimo ou de pagamento de preço de compra diferido de bens e serviços (não estando incluída qualquer garantia direta ou indireta Companhia relacionada a obrigações contratuais não expressamente elencadas neste item; todas as obrigações da companhia representadas por debêntures, notas promissórias, *bonds*, *commercial papers*, quotas de fundo de investimento em direitos creditórios – FIDCs certificados de recebíveis) e/ou qualquer outra espécie de título de renda fixa de emissão da Companhia ou de qualquer afiliada(ou que tenha a Companhia ou suas afiliadas como cedente ou beneficiária, no Brasil ou no exterior, ou outros títulos e/ou valões imobiliários similares; todas as obrigações da Companhia na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos de contratos de *leasing* que devam ter sido ou que devam ser, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, registrados como *leasing* de bens do imobilizado, conforme aplicável; todos os endividamentos da Companhia garantidos por um ônus sobre qualquer propriedade pertencente a Companhia, independentemente de a Companhia de outro modo ter se tornado responsável pelo pagamento dos mesmos, conforme aplicável; outras dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoa física e/ou jurídicas, incluindo dívidas tributárias, valores a pagar a acionistas, líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrente de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quais outros contratos de derivativos.
- Dívida com Instituições Financeiras significa os empréstimos e financiamentos descritos nas contas de ativo circulante e ativo não circulante do balanço consolidado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estávamos em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos em que somos parte.

#### **g. limites dos financiamentos contratados já contratados e percentuais já utilizados**

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2017, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

#### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro



(IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras aqui incluídas, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas (Ouro Verde Locação e Serviço S.A.) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre nossa situação patrimonial e financeira, com base em nossas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 comparado a 31 de dezembro de 2016.

Ativo	Em 31 de dezembro de				
	2017		2016		Variação 2017 x 2016
	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	%
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	140.707	7,2%	112.651	5,3%	24,9%
Aplicações financeiras vinculadas	37.913	1,9%	35.782	1,7%	6,0%
Contas a receber de clientes	164.130	8,3%	161.744	7,6%	1,5%
Impostos a recuperar	14.619	0,7%	20.622	1,0%	-29,1%
Despesas antecipadas	9.226	0,5%	9.504	0,4%	-2,9%
Ativos destinados a venda	192	0,0%	174	0,0%	N.A.
Outros créditos	37.601	1,9%	22.134	1,0%	N.A.
Instrumentos financeiros derivativos	204	0,0%	6.160	0,3%	-96,7%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>404.592</b>	<b>20,6%</b>	<b>368.771</b>	<b>17,3%</b>	<b>9,7%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	51.515	2,6%	99.103	4,6%	-48,0%
Contas a receber por alienação de controlada	159.231	8,1%	154.837	7,3%	N.A.
Depósitos judiciais	21.383	1,1%	15.538	0,7%	37,6%
Outros créditos	9.947	0,5%	9.909	0,5%	0,4%
Investimentos	8	0,0%	8	0,0%	0,0%
<b>Imobilizado</b>					
Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional	1.274.554	64,8%	1.442.513	67,6%	-11,6%
Outros imobilizados	13.565	0,7%	15.545	0,7%	-12,7%
	1.288.119	65,5%	1.458.058	68,3%	-11,7%
Intangível	32.789	1,7%	27.953	1,3%	17,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.562.992</b>	<b>79,4%</b>	<b>1.765.406</b>	<b>82,7%</b>	<b>-11,5%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.967.584</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.134.177</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7,8%</b>

<sup>1</sup> Em relação ao total do ativo.

Passivo	Em 31 de dezembro de				
	2017		2016		Variação 2017 x 2016
	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	%

<b>Circulante</b>					
Fornecedores	56.501	2,9%	57.924	2,7%	-2,5%
Financiamentos e empréstimos	288.405	14,7%	458.677	21,5%	-37,1%
Arrendamento mercantil	115.017	5,8%	147.748	6,9%	-22,2%
Debêntures	125.943	6,4%	134.725	6,3%	-6,5%
Adiantamentos de clientes	31.352	1,6%	11.101	0,5%	182,4%
Impostos e contribuições a recolher	16.398	0,8%	10.234	0,5%	60,2%
Salários e férias a pagar	7.577	0,4%	7.798	0,4%	-2,8%
Distribuição de lucros a pagar	-	0,0%	2.121	0,1%	-100,0%
Outras contas a pagar	259	0,0%	1.875	0,1%	-86,2%
Instrumentos financeiros derivativos	5.658	0,3%	12.512	0,6%	-54,8%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>647.110</b>	<b>32,9%</b>	<b>844.715</b>	<b>39,6%</b>	<b>-23,4%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos e empréstimos	365.795	18,6%	475.465	22,3%	-23,1%
Arrendamento mercantil	118.244	6,0%	132.243	6,2%	-10,6%
Debêntures	519.781	26,4%	342.436	16,0%	51,8%
Provisão para contingências	6.454	0,3%	14.461	0,7%	-55,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	89.412	4,5%	97.779	4,6%	-8,6%
PIS e COFINS diferidos	34.439	1,8%	32.687	1,5%	5,4%
Outras contas a pagar	962	0,0%	1.808	0,1%	-46,8%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	2.067	0,1%	N.A.
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.135.087</b>	<b>57,7%</b>	<b>1.098.946</b>	<b>51,5%</b>	<b>3,3%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	102.723	5,2%	102.723	4,8%	0,0%
Reserva de lucros	82.624	4,2%	87.735	4,1%	-5,8%
Ajustes de avaliação patrimonial	26	0,0%	48	0,0%	-45,8%
Participação de acionistas não controladores	14	0,0%	10	0,0%	40,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>185.387</b>	<b>9,4%</b>	<b>190.516</b>	<b>8,9%</b>	<b>-2,7%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.967.584</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.134.177</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7,8%</b>

<sup>1</sup> Em relação ao total do passivo.

## Ativo

### Ativo circulante

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Nosso caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$28,0 milhões, ou 24,7%, correspondendo a R\$140,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$112,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu em razão da estratégia adotada de gestão de passivos, por meio da redução de alavancagem e da redução, significativa, da dívida de curto prazo. Com estas ações o mercado tem demonstrado bastante conforto para eliminar exigências de aplicações vinculadas a empréstimos. Destaque para nossa sexta emissão de debêntures, contratada sem garantia de aplicações vinculadas, e utilizada para liquidar operações no curto prazo com garantias em aplicações, melhorando assim nossas demonstrações financeiras, e consequentemente nos propiciando a contratação de operações com melhores custos e condições, refletindo em maior volume de aplicações disponíveis. Vale salientar que houve mais duas captações após a 6ª emissão e que também não tiveram aplicações vinculadas. A alavancagem (Dívida Líquida dividida pelo Ebitda Ajustado das Operações Continuadas) diminuiu de 2,98 em 2016, para 2,87 em 2017.



### *Instrumentos financeiros derivativos*

A linha instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de R\$6,0 milhões, ou 96,7%, correspondendo a R\$0,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 e a R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em razão das liquidações de empréstimos na modalidade 4131 com a consequente liquidação dos contratos de swap correspondentes. Esta conta se refere à variação cambial referente às operações de financiamento contratadas em dólares, para as quais, em linha com nossa política interna, contratamos operações de *hedge* para proteção do risco cambial.

### Ativo não circulante

#### *Aplicações financeiras vinculadas*

A linha aplicações financeiras vinculadas de longo prazo apresentou uma redução de R\$47,6 milhões, ou 48,0%, correspondendo a R\$51,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$99,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função do maior volume de liberação de aplicações financeiras vinculadas atrelado à redução do nosso endividamento bruto em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$1.538,6 milhões comparado a R\$1.699,7 milhões em 31 de dezembro de 2016.

#### *Contas a receber por alienação de controlada*

A rubrica contas a receber por alienação de controlada apresentou um aumento de R\$4,4 milhões, ou 2,8%, correspondendo a R\$159,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$154,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta conta registra o valor a receber da controladora Novo Oriente Participações Ltda., pela venda da totalidade da participação (99,581%) na companhia Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, em 30 de abril de 2013 e a variação no saldo decorre da correção monetária do saldo devedor calculada com base no IPCA, a partir de janeiro de 2016, conforme previsto no 3º termo aditivo do referido contrato.

#### *Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional*

A rubrica veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional apresentou uma redução de R\$168,0 milhões, ou 11,6%, correspondendo a R\$1.274,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$1.442,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução nessa rubrica se deu em razão (i) do menor volume de investimentos em 2017 que representou R\$298,5 milhões, em comparação a R\$313,0 em 2016, resultado da estratégia de manutenção de nossa solidez financeira, buscando novos investimentos ainda mais seletivos e visando redução nos níveis de alavancagem financeira, (ii) aumento na venda de ativos no período que resultou em uma redução líquida de 3.635 ativos de nossa frota, ou 12,4%, que passou de 29.320 máquinas e equipamentos pesados e veículos leves em 31 de dezembro de 2016 para 25.685 ativos em 31 de dezembro de 2017.

### Passivo

#### Passivo circulante

#### *Financiamentos e empréstimos*

Nossos financiamentos e empréstimos de curto prazo apresentaram uma redução de R\$170,3 milhões, ou 37,1%, correspondendo a R\$288,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$458,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em razão (i) da diminuição de novos investimentos em 2017 se comparado a 2016, que reduziu a necessidade de novas operações de FINAME e capital de giro e (ii) dos pré-pagamentos de operações nas modalidades de capital de giro e 4131 por ocasião de nossa sexta emissão de debêntures realizada em setembro de 2017 no valor total de R\$255 milhões.

#### *Arrendamento mercantil*

A rubrica arrendamento mercantil de curto prazo apresentou uma redução de R\$32,7 milhões, ou 22,2%, correspondendo a R\$115,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$147,7 milhões em 31 de



dezembro de 2016, principalmente em razão da diminuição de novos investimentos efetuados por meio desta modalidade em 2017 se comparado a 2016 e, como consequência, em 2017 as amortizações das parcelas de curto prazo foram superiores as obrigações de curto prazo das novas operações de arrendamento.

#### Passivo não circulante

##### *Financiamentos e empréstimos*

Nossos financiamentos e empréstimos de longo prazo apresentaram uma redução de R\$109,7 milhões, ou 23,1%, correspondendo a R\$365,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$475,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em razão (i) da diminuição de novos investimentos em 2017 se comparado a 2016, que reduziu a necessidade de novas operações de FINAME e capital de giro; (ii) dos pré-pagamentos de operações nas modalidades de capital de giro e 4131 por ocasião de nossa sexta emissão de debêntures realizada em setembro de 2017 no valor total de R\$255 milhões e; (iii) maturação das parcelas para o curto prazo antes alocadas no longo prazo pelo lapso temporal.

##### *Arrendamento mercantil*

A rubrica arrendamento mercantil de longo prazo apresentou uma redução de R\$14,0 milhões, ou 10,6%, correspondendo a R\$118,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$132,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em razão da diminuição de novos investimentos efetuados por meio desta modalidade em 2017 se comparado a 2016 e transferência para o curto prazo de saldo antes alocado no longo prazo pelo lapso temporal.

##### *Debêntures*

O saldo de longo prazo de nossas debêntures apresentou um aumento de R\$177,3 milhões, ou 51,8%, correspondendo a R\$519,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R\$342,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente em razão da realização de nossa sexta emissão de debêntures, liquidada em setembro de 2017, no montante de R\$255,0 milhões, parcialmente compensada pela evolução dos fluxos de pagamentos da terceira e quarta emissão de debêntures.

##### *Patrimônio líquido*

Nosso patrimônio líquido apresentou uma redução de R\$5,1 milhões, ou 2,7%, correspondendo a R\$185,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$190,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, sendo esta variação decorrente principalmente do lucro reconhecido no exercício.

##### *Demais contas patrimoniais*

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2017.

#### **Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015.**

	Em 31 de dezembro de				
	2016		2015		Varição
	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	2016 x 2015
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	112.651	5,3%	187.448	7,7%	-39,9%
Aplicações financeiras vinculadas	35.782	1,7%	40.506	1,7%	-11,7%
Contas a receber de clientes	161.744	7,6%	143.363	5,9%	12,8%
Impostos a recuperar	20.622	1,0%	14.504	0,6%	42,2%
Despesas antecipadas	9.504	0,4%	10.348	0,4%	-8,2%
Mútuos com partes relacionadas	-	0,0%	160	0,0%	N.A.



Ativos destinados a venda	174	0,0%	-	0,0%	N.A.
Outros créditos	22.134	1,0%	17.637	0,7%	25,5%
Instrumentos financeiros derivativos	6.160	0,3%	31.524	1,3%	-80,5%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>368.771</b>	<b>17,3%</b>	<b>445.490</b>	<b>18,4%</b>	<b>-17,2%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	99.103	4,6%	134.706	5,6%	-26,4%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	59.337	2,4%	N.A.
Contas a receber por alienação de controlada	154.837	7,3%	144.725	6,0%	7,0%
Depósitos judiciais	15.538	0,7%	14.609	0,6%	6,4%
Outros créditos	9.909	0,5%	1.758	0,1%	463,7%
Investimentos	8	0,0%	8	0,0%	0,0%
<b>Imobilizado</b>					
Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional	1.442.513	67,6%	1.586.511	65,5%	-9,1%
Outros imobilizados	15.545	0,7%	16.189	0,7%	-4,0%
	<u>1.458.058</u>	<u>68,3%</u>	<u>1.602.700</u>	<u>66,1%</u>	<u>-9,0%</u>
Intangível	27.953	1,3%	19.589	0,8%	42,7%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.765.406</b>	<b>82,7%</b>	<b>1.977.432</b>	<b>81,6%</b>	<b>-10,7%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.134.177</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.422.922</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,9%</b>

<sup>1</sup> Em relação ao total do ativo.

Passivo	Em 31 de dezembro de				
	2016		2015		Variação
	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	2016 x 2015
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	57.924	2,7%	53.235	2,2%	8,8%
Financiamentos e empréstimos	458.677	21,5%	390.234	16,1%	17,5%
Arrendamento mercantil	147.748	6,9%	227.134	9,4%	-35,0%
Debêntures	134.725	6,3%	95.743	4,0%	40,7%
Adiantamento de clientes	11.101	0,5%	27.360	1,1%	-59,4%
Impostos e contribuições a recolher	10.234	0,5%	8.622	0,4%	18,7%
Salários e férias a pagar	7.798	0,4%	9.915	0,4%	-21,4%
Distribuição de lucros a pagar	2.121	0,1%	2.110	0,1%	0,5%
Outras contas a pagar	1.875	0,1%	8	0,0%	23337,5%
Instrumentos financeiros derivativos	12.512	0,6%	1.927	0,1%	549,3%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>844.715</b>	<b>39,6%</b>	<b>816.288</b>	<b>33,7%</b>	<b>3,5%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos e empréstimos	475.465	22,3%	804.364	33,2%	-40,9%
Arrendamento mercantil	132.243	6,2%	160.206	6,6%	-17,5%
Debêntures	342.436	16,0%	323.947	13,4%	5,7%
Provisão para contingências	14.461	0,7%	13.542	0,6%	6,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.779	4,6%	91.578	3,8%	6,8%
PIS e COFINS diferidos	32.687	1,5%	28.939	1,2%	13,0%
Outras contas a pagar	1.808	0,1%	354	0,0%	410,7%
Instrumentos financeiros derivativos	2.067	0,1%	-	0,0%	N.A.
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.098.946</b>	<b>51,5%</b>	<b>1.422.930</b>	<b>58,7%</b>	<b>-22,8%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	102.723	4,8%	102.723	4,2%	0,0%
Reserva de lucros	87.735	4,1%	80.887	3,3%	8,5%
Ajustes de avaliação patrimonial	48	0,0%	87	0,0%	-44,8%
Participação de acionistas não controladores	10	0,0%	7	0,0%	36,4%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>190.516</b>	<b>8,9%</b>	<b>183.704</b>	<b>7,6%</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.134.177</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.422.922</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,9%</b>

<sup>1</sup> Em relação ao total do passivo.





## Ativo

### Ativo circulante

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Nosso caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R\$74,7 milhões, ou 39,9%, correspondendo a R\$112,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$187,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução ocorreu em razão do significativo volume de amortizações de dívida realizadas ao longo do exercício de 2016, em linha com a estratégia da Companhia na manutenção da sua solidez financeira, visando redução nos níveis de alavancagem financeira. A alavancagem (Dívida Líquida dividida pelo Ebitda Ajustado das Operações Continuadas) diminuiu de 3,29 em 2015, para 2,98 em 2016.

#### *Contas a receber de clientes*

A rubrica contas a receber de clientes apresentou um aumento de R\$18,3 milhões, ou 12,8%, correspondendo a R\$161,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$143,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa variação decorreu principalmente de R\$16,8 milhões de uma venda de ativos realizada em dezembro de 2016 com prazo de 30 dias para recebimento, enquanto que em 31 de dezembro de 2015 as vendas de ativos eram realizadas à vista.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

A linha instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de R\$25,3 milhões, ou 80,5%, correspondendo a R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 e a R\$31,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, em razão (i) da variação negativa de 16,5% da taxa de câmbio do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016, se comparado a 31 de dezembro de 2015; (ii) liquidações de empréstimos na modalidade 4131 com a consequente liquidação dos contratos de swap correspondentes. Esta conta se refere à variação cambial referente às operações de financiamento contratadas em dólares, para as quais, em linha com nossa política interna, contratamos operações de *hedge* para proteção do risco cambial.

### Ativo não circulante

#### *Aplicações financeiras vinculadas*

A linha aplicações financeiras vinculadas de longo prazo apresentou uma redução de R\$35,6 milhões, ou 26,4%, correspondendo a R\$99,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$134,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, em função do maior volume de liberação de aplicações financeiras vinculadas atrelado à redução do nosso endividamento bruto em 31 de dezembro de 2016, que era de R\$1.699,7 milhões comparado a R\$ 1.912,7 milhões em 31 de dezembro de 2015.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

A linha instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de R\$59,3 milhões, que correspondia ao saldo integral da conta em 31 de dezembro de 2015, em razão (i) da variação negativa de 16,5% da taxa de câmbio do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016, se comparado a 31 de dezembro de 2015; (ii) liquidações de empréstimos na modalidade 4131 com a consequente liquidação dos contratos de swap correspondentes. Esta conta se refere à variação cambial referente às operações de financiamento contratadas em dólares, para as quais, em linha com nossa política interna, contratamos operações de *hedge* para proteção do risco cambial.

#### *Contas a receber por alienação de controlada*

A rubrica contas a receber por alienação de controlada apresentou um aumento de R\$10,1 milhões, ou 7,0%, correspondendo a R\$154,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$144,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta conta registra o valor a receber da controladora Novo Oriente Participações Ltda., pela venda da totalidade da participação (99,581%) na companhia Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, em 30 de



abril de 2013 e a variação no saldo decorre da correção monetária do saldo devedor calculada com base no IPCA, a partir de janeiro de 2016, conforme previsto no 3º termo aditivo do referido contrato.

#### *Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional*

A rubrica veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional apresentou uma redução de R\$144,0 milhões, ou 9,1%, correspondendo a R\$1.442,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$1.586,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. A redução nessa rubrica se deu (i) em razão do menor volume de investimentos em 2016 que representou R\$313,0 milhões, em comparação a R\$442,5 em 2015 resultado da estratégia de manutenção de nossa solidez financeira, buscando novos investimentos ainda mais seletivos e visando redução nos níveis de alavancagem financeira, (ii) aumento na venda de ativos no período que resultou em uma redução líquida de 2.842 ativos de nossa frota, ou 8,8%, que passou de 32.162 máquinas e equipamentos pesados e veículos leves em 31 de dezembro de 2015 para 29.320 ativos em 31 de dezembro de 2016.

#### Passivo

##### Passivo circulante

##### *Financiamentos e empréstimos*

Nossos financiamentos e empréstimos de curto prazo apresentaram um aumento de R\$68,4 milhões, ou 17,5%, correspondendo a R\$458,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$390,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em razão da transferência para o curto prazo de saldo antes alocado no longo prazo pelo lapso temporal.

##### *Arrendamento mercantil*

A rubrica arrendamento mercantil de curto prazo apresentou uma redução de R\$79,4 milhões, ou 35,0%, correspondendo a R\$147,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$227,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em razão da diminuição de novos investimentos efetuados por meio desta modalidade em 2016 se comparado a 2015 e, como consequência, em 2016 as amortizações das parcelas de curto prazo foram superiores as obrigações de curto prazo das novas operações de arrendamento.

##### *Debêntures*

O saldo de curto prazo de nossas debêntures apresentou um aumento de R\$39,0 milhões, ou 40,7%, correspondendo a R\$134,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$95,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em razão (i) do montante dos juros e amortização do principal a ser liquidado no curto prazo conforme o fluxo de pagamentos de nossa quinta emissão de debêntures, realizada em dezembro de 2016; (ii) da maturação para o curto prazo dos vencimentos da quarta emissão de debêntures que teve início da amortização em dezembro de 2016.

##### Passivo não circulante

##### *Financiamentos e empréstimos*

Nossos financiamentos e empréstimos de longo prazo apresentaram uma redução de R\$328,9 milhões, ou 40,9%, correspondendo a R\$475,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$804,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em razão (i) da diminuição de novos investimentos em 2016 se comparado a 2015, que reduziu a necessidade de novas operações de FINAME e capital de giro; (ii) dos pré-pagamentos de operações nas modalidades de capital de giro e 4131 por ocasião de nossa quinta emissão de debêntures realizado em dezembro de 2016 no valor total de R\$ 290 milhões e; (iii) maturação das parcelas para o curto prazo antes alocado no longo prazo pelo lapso temporal.

##### *Arrendamento mercantil*



A rubrica arrendamento mercantil de longo prazo apresentou uma redução de R\$28,0 milhões, ou 17,5%, correspondendo a R\$132,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$160,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em razão da diminuição de novos investimentos efetuados por meio desta modalidade em 2016 se comparado a 2015 e transferência para o curto prazo de saldo antes alocado no longo prazo pelo lapso temporal.

#### *Debêntures*

O saldo de longo prazo de nossas debêntures apresentou um aumento de R\$18,5 milhões, ou 5,7%, correspondendo a R\$342,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 em comparação a R\$323,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em razão da realização de nossa quinta emissão de debêntures, liquidada em dezembro de 2016, no montante de R\$290,0 milhões, parcialmente compensada pela (i) evolução dos fluxos de pagamentos da terceira e quarta emissão de debêntures; (ii) recompra de 2.800 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$28 milhões e 10.422 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$100,0 milhões, as quais permaneciam disponíveis para venda e estavam mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2016.

#### *Patrimônio líquido*

Nosso patrimônio líquido apresentou um aumento de R\$6,8 milhões, ou 3,7%, correspondendo a R\$190,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a R\$183,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo esta variação decorrente principalmente do lucro reconhecido no exercício.

#### *Demais contas patrimoniais*

As demais contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação de seus saldos em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015.

## **10.2 - Resultado operacional e financeiro**

**As informações financeiras aqui incluídas, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas (Ouro Verde Locação e Serviço S.A.) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.**

### **a. resultado das operações da Companhia, em especial:**

- (i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*
- (ii) *fatores que afetam materialmente os resultados operacionais*

#### Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados

##### *Receita operacional líquida*

Nossa receita de locação de bens (máquinas e equipamentos pesados e veículos leves) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de aluguel de frotas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel, em linha com o regime de competência, ou seja, as receitas, as despesas e custos associados à transação são reconhecidos simultaneamente. Nossos negócios incluem a locação de máquinas e equipamentos pesados e a terceirização de veículos leves. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita são realizadas sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente.

A receita operacional líquida da venda da frota desmobilizada, atividade acessória e complementar das atividades de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de veículos e equipamentos possam ser estimados



de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional líquida possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma dedução de venda conforme as vendas são reconhecidas.

#### *Custos dos serviços prestados e vendas da frota*

Nossos custos dos serviços prestados para os segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves e da venda da frota são compostos de (i) custos com benefícios a empregados; (ii) depreciação e amortização; (iii) manutenção e reparos de veículos e equipamentos; (iv) custo dos ativos vendidos para renovação da frota; e (v) outros custos, incluindo materiais, energia e serviços de terceiros.

#### *Despesas (receitas) operacionais*

As despesas (receitas) operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas, por sua vez, principalmente pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com pessoal, treinamento e recrutamento; e (iii) outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

#### *Despesas financeiras líquidas*

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros sobre fundos investidos, receitas com *hedge* e receitas com variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, utilizando o método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis e debêntures, além de despesas com *hedge* e despesas com variação cambial. Custos de empréstimo são mensurados no resultado utilizando o método de juros efetivos.

#### *Imposto de renda e contribuição social – Corrente e Diferido*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação



estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras**

**Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.**

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				Variação 2017 x 2016
	2017		2016		
	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	%
Receita operacional líquida	937.942	100,0%	975.515	100,0%	-3,9%
Custos dos serviços prestados e venda da frota	(686.033)	-73,1%	(701.233)	-71,9%	-2,2%
Resultado bruto	251.909	26,9%	274.282	28,1%	-8,2%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas	(5.881)	-0,6%	(4.647)	-0,5%	26,6%
Administrativas e gerais	(35.091)	-3,7%	(32.459)	-3,3%	8,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.822)	-0,2%	(873)	-0,1%	108,7%
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>	209.115	22,3%	236.303	24,2%	-11,5%
Receitas financeiras	74.219	7,9%	226.045	23,2%	-67,2%
Despesas financeiras	(289.613)	-30,9%	(446.637)	-45,8%	-35,2%
Despesas financeiras, líquidas	(215.394)	-23,0%	(220.592)	-22,6%	-2,4%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	(6.279)	-0,7%	15.711	1,6%	-140,0%
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	1.157	0,1%	(6.778)	-0,7%	-117,1%
<b>Resultado das operações em continuidade</b>	(5.122)	-0,5%	8.933	0,9%	-157,3%
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	(5.122)	-0,5%	8.933	0,9%	-157,3%

**Receita operacional líquida**

A tabela abaixo indica a composição de nossa receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:					
	2017		2016		variação 2017 x 2016	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
	<b>Em R\$ mil exceto percentuais</b>					
Receita operacional	937.942	100,0%	975.515	100,0%	(37.573)	-3,9%



### líquida

Locação de máquinas e equipamentos pesados	584.623	62,3%	596.219	61,1%	(11.596)	-1,9%
Terceirização de veículos leves	353.319	37,7%	379.296	38,9%	(25.977)	-6,8%
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>705.720</b>	<b>75,2%</b>	<b>754.281</b>	<b>77,3%</b>	<b>(48.561)</b>	<b>-6,4%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	491.653	52,4%	509.268	52,2%	(17.615)	-3,5%
Terceirização de veículos leves	214.067	22,8%	245.013	25,1%	(30.946)	-12,6%
<b>Receita de venda de frota</b>	<b>232.222</b>	<b>24,8%</b>	<b>221.234</b>	<b>22,7%</b>	<b>10.988</b>	<b>5,0%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	92.970	9,9%	86.951	8,9%	6.019	6,9%
Terceirização de veículos leves	139.252	14,8%	134.283	13,8%	4.969	3,7%

Conforme o quadro acima, nossa receita operacional líquida apresentou uma redução de R\$37,6 milhões, ou 3,9%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$937,9 milhões, comparada a R\$975,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Desta redução, R\$48,5 milhões se referem às receitas de serviços, que corresponderam a 75,2% da nossa receita operacional líquida no período, parcialmente compensada por um aumento de R\$11,0 milhões referente às receitas com venda da nossa frota. Essa redução se deveu, principalmente, aos seguintes fatores, segregados abaixo de acordo com os nossos segmentos de atuação:

- (i) Locação de máquinas e equipamentos pesados: houve redução de R\$11,6 milhões, ou 1,9%, na receita operacional líquida de locação de máquinas e equipamentos pesados, passando de R\$596,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$584,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Considerando apenas a receita operacional líquida de serviços prestados deste segmento, houve uma redução de R\$17,6 milhões, ou 3,5%, passando de R\$509,3 milhões em 2016 para R\$491,7 milhões em 2017, quando comparados os mesmos períodos acima descritos.

Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento em nossa receita operacional líquida com venda de frota desmobilizada de R\$6,0 milhões, ou 6,9%, passando de R\$87,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$93,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função do (i) crescimento do volume de contratos encerrados em relação ao período anterior, com o consequente aumento na venda da frota desmobilizada e (ii) melhor desempenho de nossa controlada Ouro Verde Revenda, que registrou uma receita líquida de vendas de máquinas e equipamentos pesados de R\$4,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

- (ii) Terceirização de veículos leves: houve redução de R\$26,0 milhões, ou 6,8% na receita operacional líquida com terceirização de veículos leves, passando de R\$379,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$353,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Considerando apenas a receita operacional líquida de serviços prestados deste segmento, houve uma redução de R\$30,9 milhões, ou 12,6%, passando de R\$245,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$214,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função da menor quantidade de ativos locados. Acreditamos que nosso segmento de terceirização de frota de veículos leves é altamente competitivo e, apesar dos níveis de investimento reduzidos neste segmento, nossa atual estratégia de negócios é manter nossas margens ao não reduzir os preços. Nossa frota passou de 21.119 veículos leves em 31 de dezembro de 2016 para 17.938 itens em 31 de dezembro de 2017, em função da estratégia da Companhia em



selecionar os clientes mais rentáveis e os contratos com melhores margens a fim de manter sua solidez financeira, visando redução nos níveis de nossa alavancagem financeira.

Essa redução foi compensada pelo aumento em nossa receita operacional líquida da venda de frota desmobilizada, de R\$5,0 milhões, ou 3,7% nas receitas, passando de R\$134,3 milhões e 8.048 veículos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$139,3 milhões e 7.425 veículos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao aumento do ticket médio da frota desmobilizada e de um maior número de contratos com vencimento durante o período, ocasião em que oferecemos aos atuais clientes novos veículos mediante a renovação do contrato e posteriormente vendemos os veículos anteriormente utilizados por eles.

#### Custos dos serviços prestados e venda da frota

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados e custos com venda da frota, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:					
	2017		2016		Variação 2017 x 2016	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
	<b>Em R\$ mil exceto percentuais</b>					
<b>Custo dos serviços prestados e venda da frota</b>	<b>(686.033)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(701.233)</b>	<b>100,0%</b>	<b>15.200</b>	<b>-2,2%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(420.462)	61,3%	(424.507)	60,5%	4.045	-1,0%
Terceirização de veículos leves	(265.571)	38,7%	(276.726)	39,5%	11.155	-4,0%
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(466.778)</b>	<b>68,0%</b>	<b>(489.763)</b>	<b>69,8%</b>	<b>22.985</b>	<b>-4,7%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(322.127)	47,0%	(337.292)	48,1%	15.165	-4,5%
Terceirização de veículos leves	(144.651)	21,1%	(152.471)	21,7%	7.820	-5,1%
<b>Custo da venda da frota</b>	<b>(219.255)</b>	<b>32,0%</b>	<b>(211.470)</b>	<b>30,2%</b>	<b>(7.785)</b>	<b>3,7%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(98.335)	14,3%	(87.215)	12,4%	(11.120)	12,8%
Terceirização de veículos leves	(120.920)	17,6%	(124.255)	17,7%	3.335	-2,7%

Nossos custos com serviços prestados e venda da frota apresentaram uma redução de R\$15,2 milhões, ou 2,2%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$686,0 milhões, comparado a R\$701,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, observamos que: (i) no segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados, houve uma redução de R\$4,0 milhões, ou 1,0%, (ii) a redução apresentada no segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados foi potencializada pela redução nos custos com serviços prestados e venda da frota no segmento de terceirização de veículos leves, de R\$11,2 milhões, ou 4,0%. A redução nos nossos custos com serviços prestados e venda de frota deveu-se principalmente a:

- (i) uma redução de R\$14,7 milhões, ou 12,7%, nos custos com benefícios a empregados motivada principalmente por (a) redução no número médio de colaboradores que passou de 1809 em 2016 para 1.720 em 2017 em função do encerramento de uma operação com um cliente relevante; e (b) redução no pagamento de bônus e participação nos lucros por metas atingidas a nossos colaboradores.
- (ii) uma redução de R\$4,5 milhões, ou 1,8%, nas despesas de depreciação e amortização. Esta redução foi motivada principalmente pela redução da quantidade de ativos, a qual foi de 21.119 veículos leves em 31 de dezembro de 2016 para 17.938 itens 31 de dezembro de 2017, em função da



estratégia da Companhia em selecionar os clientes mais rentáveis e os contratos com melhores margens a fim de manter sua solidez financeira, visando redução nos níveis de nossa alavancagem financeira;

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados e os custos com venda da frota para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:			
	2017		2016	
	Em R\$ mil exceto percentuais			
Despesas com benefícios a empregados	(100.983)	14,7%	(115.709)	16,5%
Despesas de depreciação e amortização	(242.574)	35,4%	(247.092)	35,2%
Manutenção e reparos	(98.339)	14,3%	(98.076)	14,0%
Serviços de terceiros	(15.395)	2,2%	(11.937)	1,7%
Outros	(9.485)	1,4%	(16.949)	2,4%
Custo de venda da frota	(219.257)	32,0%	(211.470)	30,2%
<b>Total</b>	<b>(686.033)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(701.233)</b>	<b>100,0%</b>

#### Receitas (despesas) operacionais

Nossas receitas (despesas) operacionais líquidas apresentaram aumento de R\$4,8 milhões, ou 12,7%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando corresponderam a despesas de R\$42,8 milhões, comparado a despesas de R\$38,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. As despesas com vendas apresentaram redução de R\$1,2 milhão devido à redução das provisões de crédito de liquidação duvidosa no exercício de 2017 comparado a 2016. As despesas administrativas e gerais (diversas) apresentaram redução de R\$2,6 milhões decorrentes do trabalho de redução de custos realizado pela Companhia no exercício.

A tabela a seguir demonstra a composição por segmento das nossas (despesas) receitas operacionais nos períodos indicados:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:					
	2017		2016		Variação 2017 x 2016	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>937.942</b>	<b>100,0%</b>	<b>975.515</b>	<b>100,0%</b>	<b>(37.573)</b>	<b>-3,9%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(42.795)</b>	<b>(4,6%)</b>	<b>(37.979)</b>	<b>(3,9%)</b>	<b>(4.816)</b>	<b>12,7%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(28.296)	(3,0%)	(22.025)	(2,3%)	(6.271)	28,5%
Terceirização de veículos leves	(14.499)	(1,5%)	(15.954)	(1,6%)	1.455	-9,1%
<b>Vendas</b>	<b>(5.882)</b>	<b>(0,6%)</b>	<b>(4.647)</b>	<b>(0,5%)</b>	<b>(1.235)</b>	<b>26,6%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(5.843)	(0,6%)	(2.228)	(0,2%)	(3.615)	162,3%
Terceirização de veículos leves	(39)	(0,0%)	(2.419)	(0,2%)	2.380	-98,4%
<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(35.091)</b>	<b>(3,7%)</b>	<b>(32.459)</b>	<b>(3,3%)</b>	<b>(2.632)</b>	<b>8,1%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(21.087)	(2,2%)	(19.142)	(2,0%)	(1.945)	10,2%
Terceirização de veículos leves	(14.004)	(1,5%)	(13.317)	(1,4%)	(687)	5,2%
<b>Outras (despesas) receitas operacionais líquidas</b>	<b>(1.822)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>(873)</b>	<b>(0,1%)</b>	<b>(949)</b>	<b>108,7%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(1.366)	(0,1%)	(655)	(0,1%)	(711)	108,5%





Terceirização de veículos leves	(456)	(0,0%)	(218)	(0,0%)	(238)	109,2%
---------------------------------	-------	--------	-------	--------	-------	--------

### Despesas financeiras líquidas

Nossas despesas financeiras líquidas reduziram R\$5,2 milhões, ou 2,4%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$215,4 milhões, comparado a R\$220,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A tabela abaixo contempla a segregação das nossas despesas financeiras líquidas para os períodos indicados:

Despesas financeiras líquidas	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2017	2016
	<i>(em R\$ mil)</i>	
Juros sobre ativos financeiros e outras receitas financeiras	43.730	56.432
Juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e outras despesas financeiras	(231.821)	(231.202)
Receitas / (Despesas) financeiras com hedge e variação cambial	(27.303)	(45.822)
<b>Total</b>	<b>(215.394)</b>	<b>(220.592)</b>

Nossas despesas financeiras apresentaram redução de 35,2%, correspondendo a R\$289,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$446,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Excluindo os efeitos da variação cambial e dos resultados de nossas operações de *hedge*, nossas despesas financeiras mantiveram-se estáveis, com aumento de 0,3%, principalmente em razão de (i) aumento do CDI médio, índice de referência de diversos de nossos contratos financeiros com taxa pós fixada; (ii) aumento nas taxas de juros aplicadas aos nossos empréstimos e financiamentos da modalidade FINAME.

Nossas receitas financeiras apresentaram redução de 67,2%, correspondendo a R\$74,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$226,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Excluindo os efeitos da variação cambial e dos resultados de nossas operações de *hedge*, os juros auferidos sobre ativos financeiros apresentaram redução de 22,5% principalmente em razão do aumento do CDI médio, índice de referência de nossas aplicações financeiras.

### Imposto de renda e contribuição social

Os montantes devidos a título de imposto de renda e contribuição social podem ser demonstrados como segue:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2017	2016
	<i>(em R\$ mil, exceto percentuais)</i>	
Lucro antes dos impostos do período antes de impostos	(6.283)	15.711
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
IR e CSLL pela alíquota fiscal combinada	2.136	(5.342)
Despesas indedutíveis	(1.148)	(1.536)
Outras adições/exclusões	166	100
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.154	(6.778)
Alíquota efetiva	18%	43%

O montante reconhecido a título de imposto de renda e contribuição social apresentou redução de R\$7,9 milhões, passando de despesa de R\$6,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para receita de R\$ 1,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução das despesas com imposto de renda e contribuição social se deu principalmente em função do reconhecimento de prejuízo antes dos impostos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 6,3 milhões enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou lucro de R\$15,7 milhões.



### Resultado do exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso resultado apresentou prejuízo, o qual totalizou R\$6,3 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

### **Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.**

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2016		2015		Variação 2016 x 2015
	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	(R\$ mil)	% <sup>1</sup>	%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>975.515</b>	<b>100,0%</b>	<b>981.873</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,6%</b>
Custos dos serviços prestados e venda da frota	(701.233)	-71,9%	(723.943)	-73,7%	-3,1%
Resultado bruto	274.282	28,1%	257.930	26,3%	6,3%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas	(4.647)	-0,5%	(2.346)	-0,2%	98,1%
Administrativas e gerais	(32.459)	-3,3%	(34.350)	-3,5%	-5,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(873)	-0,1%	(880)	-0,1%	-0,8%
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>	<b>236.303</b>	<b>24,2%</b>	<b>220.354</b>	<b>22,4%</b>	<b>7,2%</b>
Receitas financeiras	226.045	23,2%	310.069	31,6%	-27,1%
Despesas financeiras	(446.637)	-45,8%	(514.316)	-52,4%	-13,2%
Despesas financeiras, líquidas	(220.592)	-22,6%	(204.247)	-20,8%	8,0%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>15.711</b>	<b>1,6%</b>	<b>16.107</b>	<b>1,6%</b>	<b>-2,5%</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(6.778)	-0,7%	(7.222)	-0,7%	-6,1%
<b>Resultado do exercício</b>	<b>8.933</b>	<b>0,9%</b>	<b>8.885</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,5%</b>

<sup>1</sup> Em relação à receita operacional líquida.

### Receita operacional líquida

A tabela abaixo indica a composição de nossa receita operacional líquida, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:					
	2016		2015		variação 2016 x 2015	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>975.515</b>	<b>100,0%</b>	<b>981.873</b>	<b>100,0%</b>	<b>(6.358)</b>	<b>-0,6%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	596.219	61,1%	610.763	62,2%	(14.544)	-2,4%
Terceirização de veículos leves	379.296	38,9%	371.110	37,8%	8.186	2,2%
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>754.281</b>	<b>77,3%</b>	<b>796.191</b>	<b>81,1%</b>	<b>(41.910)</b>	<b>-5,3%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	509.268	52,2%	531.359	54,1%	(22.091)	-4,2%
Terceirização de veículos leves	245.013	25,1%	264.832	27,0%	(19.819)	-7,5%
<b>Receita de venda de frota</b>	<b>221.234</b>	<b>22,7%</b>	<b>185.682</b>	<b>18,9%</b>	<b>35.552</b>	<b>19,1%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	86.951	8,9%	79.404	8,1%	7.547	9,5%
Terceirização de veículos leves	134.283	13,8%	106.278	10,8%	28.005	26,4%

Conforme o quadro acima, nossa receita operacional líquida apresentou uma redução de R\$6,4 milhões, ou 0,6%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$975,5 milhões, comparada a R\$981,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Desta redução, R\$41,9 milhões se



referem às receitas de serviços, que corresponderam a 77,3% da nossa receita operacional líquida no período, parcialmente compensada por um aumento de R\$35,6 milhões referente às receitas com venda da nossa frota. Essa redução se deveu, principalmente, aos seguintes fatores, segregados abaixo de acordo com os nossos segmentos de atuação:

- (iii) Locação de máquinas e equipamentos pesados: houve redução de R\$14,5 milhões, ou 2,4%, na receita operacional líquida de locação de máquinas e equipamentos pesados, passando de R\$610,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$596,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Considerando apenas a receita operacional líquida de serviços prestados deste segmento, houve uma redução de R\$22,1 milhões, ou 4,2%, passando de R\$531,4 milhões em 2015 para R\$509,3 milhões em 2016, quando comparados os mesmos períodos acima descritos, principalmente em função do encerramento de uma operação com um cliente relevante que optou pela não renovação do contrato em 2016.

Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento em nossa receita operacional líquida com venda de frota desmobilizada de R\$7,5 milhões, ou 9,5%, passando de R\$79,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$87,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função do (a) crescimento do volume de contratos encerrados em relação ao período anterior, com o consequente aumento na venda da frota desmobilizada e (b) melhor desempenho de nossa controlada Ouro Verde Revenda, que registrou aumento na receita líquida de vendas de máquinas e equipamentos pesados R\$3,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao exercício anterior.

- (iv) Terceirização de veículos leves: houve aumento de R\$8,2 milhões, ou 2,2% na receita operacional líquida com terceirização de veículos leves, passando de R\$371,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$379,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Considerando apenas a receita operacional líquida de serviços prestados deste segmento, houve uma redução de R\$19,8 milhões, ou 7,5%, passando de R\$264,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$245,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função da menor quantidade de ativos locados. Acreditamos que nosso segmento de terceirização de frota de veículos leves é altamente competitivo e, apesar dos níveis de investimento reduzidos neste segmento, nossa atual estratégia de negócios é manter nossas margens ao não reduzir os preços. Nossa frota passou de 23.813 veículos leves em 31 de dezembro de 2015 para 21.119 itens em 31 de dezembro de 2016, em função da estratégia da Companhia em selecionar os clientes mais rentáveis e os contratos com melhores margens a fim de manter sua solidez financeira, visando redução nos níveis de nossa alavancagem financeira.

Essa redução foi compensada pelo aumento em nossa receita operacional líquida da venda de frota desmobilizada, de R\$28,0 milhões, ou 26,4% nas receitas, passando de R\$106,3 milhões e 6.305 veículos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$134,3 milhões e 8.048 veículos vendidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido ao aumento na venda da frota desmobilizada como consequência de um maior número de contratos com vencimento durante o período, ocasião em que oferecemos aos atuais clientes novos veículos mediante a renovação do contrato e posteriormente vendemos os veículos anteriormente utilizados por eles.

#### Custos dos serviços prestados e venda da frota

A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados e custos com venda da frota, por segmento operacional, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

---

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:



	2016		2015		variação 2016 x 2015	
	Valor	Percentual Participação	Valor	Percentual Participação	Variação em R\$	Variação Percentual
<b>Custo dos serviços prestados e venda da frota</b>	<b>(701.233)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(723.943)</b>	<b>100,0%</b>	<b>22.710</b>	<b>-3,1%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(424.507)	60,5%	(457.766)	63,2%	33.259	-7,3%
Terceirização de veículos leves	(276.726)	39,5%	(266.177)	36,8%	(10.549)	4,0%
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(489.763)</b>	<b>69,8%</b>	<b>(537.138)</b>	<b>74,2%</b>	<b>47.375</b>	<b>-8,8%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(337.292)	48,1%	(367.705)	50,8%	30.413	-8,3%
Terceirização de veículos leves	(152.471)	21,7%	(169.433)	23,4%	16.962	-10,0%
<b>Custo da venda da frota</b>	<b>(211.470)</b>	<b>30,2%</b>	<b>(186.805)</b>	<b>25,8%</b>	<b>(24.665)</b>	<b>13,2%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(87.215)	12,4%	(90.061)	12,4%	2.846	-3,2%
Terceirização de veículos leves	(124.255)	17,7%	(96.744)	13,4%	(27.511)	28,4%

Nossos custos com serviços prestados e venda da frota apresentaram uma redução de R\$22,7 milhões, ou 3,1%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizou R\$701,2 milhões, comparada a R\$723,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, observamos que: (a) no segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados, houve uma redução de R\$33,3 milhões, ou 7,3%, (b) a redução apresentada no segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados foi parcialmente compensada pelo aumento nos custos com serviços prestados e venda da frota no segmento de terceirização de veículos leves, de R\$10,5 milhões, ou 4,0%. A redução nos nossos custos com serviços prestados e venda de frota deveu-se principalmente a:

- (iii) uma redução de R\$33,5 milhões, ou 22,4%, nos custos com benefícios a empregados motivada principalmente por (a) redução no número médio de colaboradores que passou de 2.342 em 2015 para 1.921 em 2016 em função do encerramento de uma operação com um cliente relevante que optou pela não renovação do contrato em 2016; e (b) redução no pagamento de bônus e participação nos lucros por metas atingidas a nossos colaboradores.
- (iv) uma redução de R\$0,2 milhões, ou 0,1%, nas despesas de depreciação e amortização. Embora esta despesa tenha se mantido linear em relação ao período anterior atualizamos em 2016 o estudo sobre o valor residual esperado na venda de nossa frota de veículos e máquinas e equipamentos após sua desmobilização junto a nossos clientes. Como resultado, não houve alteração na vida útil dos seus bens, contudo, o valor residual esperado na venda dos veículos leves aumentou e de máquinas e equipamentos pesados diminuiu, o que gerou um efeito líquido de R\$ 7,6 milhões em 2016, comparado a R\$10,3 milhões em 2015 de redução na despesa de depreciação em função da alteração das taxas de depreciação;
- (v) uma redução de R\$8,4 milhões, ou 7,9%, nos custos com manutenção e reparos, causada principalmente pela redução de 2.842 ativos em nossa frota de máquinas e equipamento pesados e veículos leves que passou de 32.162 itens no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para 29.320 itens no exercício encerrado em de 31 de dezembro de 2016;
- (vi) uma redução de R\$3,1 milhões, ou 20,8%, nos custos de serviços de terceiros, que englobam fretes, honorários de despachantes, assessoria jurídica, consultorias e demais serviços prestados por terceiros.
- (vii) um aumento em R\$24,7 milhões, ou 13,2%, em custos da frota desmobilizada vendida, impactado pelo crescimento do volume de contratos encerrados em relação ao período anterior, com o consequente aumento no custo da frota desmobilizada;



A tabela abaixo indica a composição dos nossos custos dos serviços prestados e os custos com venda da frota para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:			
	2016		2015	
	Em R\$ mil exceto percentuais			
Benefícios a empregados	(115.709)	16,5%	(149.201)	20,6%
Depreciação e amortização	(247.092)	35,2%	(247.290)	34,2%
Manutenções e reparos	(98.076)	14,0%	(106.514)	14,7%
Serviços de terceiros	(11.937)	1,7%	(15.071)	2,1%
Outros	(16.949)	2,4%	(19.062)	2,6%
Custos de venda da frota	(211.470)	30,2%	(186.805)	25,8%
<b>Total</b>	<b>(701.233)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(723.943)</b>	<b>100,0%</b>

#### *Receitas (despesas) operacionais*

Nossas receitas (despesas) operacionais líquidas apresentaram aumento de R\$0,4 milhões, ou 1,1%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando corresponderam a despesas de R\$38,0 milhões, comparado a despesas de R\$37,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. As despesas com vendas apresentaram aumento de R\$2,3 milhões devido ao aumento com provisões de crédito de liquidação duvidosa no exercício de 2016 comparado a 2015. As despesas administrativas e gerais (diversas) apresentaram redução de R\$1,9 milhões sendo R\$3,3 milhões decorrentes da redução das despesas com benefícios a empregados atreladas a diminuição da quantidade de colaboradores nas áreas corporativas da Companhia e redução no pagamento de bônus e participação nos lucros por metas atingidas a nossos colaboradores. Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 1,3 milhões em outras despesas administrativas e gerais.

A tabela a seguir demonstra a composição por segmento das nossas (despesas) receitas operacionais nos períodos indicados:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de:					
	2016		2015		variação 2016 x 2015	
	Valor	Percentual Participação <sup>1</sup>	Valor	Percentual Participação <sup>1</sup>	Variação em R\$	Variação Percentual
	Em R\$ mil exceto percentuais					
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>975.515</b>	<b>100,0%</b>	<b>981.873</b>	<b>100,0%</b>	<b>(6.358)</b>	<b>-0,6%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(37.979)</b>	<b>-3,9%</b>	<b>(37.576)</b>	<b>-3,8%</b>	<b>(403)</b>	<b>1,1%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(22.025)	-2,3%	(17.560)	-1,8%	(4.465)	25,4%
Terceirização de veículos leves	(15.954)	-1,6%	(20.016)	-2,0%	4.062	-20,3%
<b>Vendas</b>	<b>(4.647)</b>	<b>-0,5%</b>	<b>(2.346)</b>	<b>-0,2%</b>	<b>(2.301)</b>	<b>98,1%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(2.228)	-0,2%	(2.073)	-0,2%	(155)	7,5%
Terceirização de veículos leves	(2.419)	-0,2%	(273)	-0,0%	(2.146)	786,1%
<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(32.459)</b>	<b>-3,3%</b>	<b>(34.350)</b>	<b>-3,5%</b>	<b>1.891</b>	<b>-5,5%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(19.142)	-2,0%	(15.106)	-1,5%	(4.036)	26,7%
Terceirização de veículos leves	(13.317)	-1,4%	(19.244)	-2,0%	5.927	-30,8%
<b>Outras (despesas) receitas operacionais líquidas</b>	<b>(873)</b>	<b>-0,1%</b>	<b>(880)</b>	<b>-0,1%</b>	<b>7</b>	<b>-0,8%</b>
Locação de máquinas e equipamentos pesados	(655)	-0,1%	(381)	-0,0%	(274)	71,9%
Terceirização de veículos leves	(218)	-0,0%	(499)	-0,1%	(281)	-56,3%

<sup>1</sup> Em relação à receita operacional líquida.

#### Despesas financeiras líquidas



Nossas despesas financeiras líquidas aumentaram R\$16,3 milhões, ou 8,0%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R\$220,6 milhões, comparado a R\$204,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A tabela abaixo contempla a segregação das nossas despesas financeiras líquidas para os períodos indicados:

Despesas financeiras líquidas	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2016	2015
	<i>(em R\$ mil)</i>	
Juros sobre ativos financeiros e outras receitas financeiras	56.432	45.763
Juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e outras despesas financeiras	(231.202)	(218.206)
Receitas / (Despesas) financeiras com hedge e variação cambial	(45.822)	(31.804)
<b>Total</b>	<b>(220.592)</b>	<b>(204.247)</b>

Nossas despesas financeiras apresentaram redução de 13,2%, correspondendo a R\$446,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$514,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Excluindo os efeitos da variação cambial e dos resultados de nossas operações de *hedge*, nossas despesas financeiras apresentaram aumento relativo de 6,0%, principalmente em razão de (i) aumento do CDI médio, índice de referência de diversos de nossos contratos financeiros com taxa pós fixada; (ii) aumento nas taxas de juros aplicadas aos nossos empréstimos e financiamentos da modalidade FINAME.

Nossas receitas financeiras apresentaram redução de 27,1%, correspondendo a R\$226,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$310,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Excluindo os efeitos da variação cambial e dos resultados de nossas operações de *hedge*, os juros auferidos sobre ativos financeiros apresentaram aumento de 23,3% principalmente em razão de (i) aumento do CDI médio, índice de referência de nossas aplicações financeiras; (ii) correção monetária a partir de janeiro de 2016 no valor de R\$10,1 milhões sobre o saldo devedor do contas a receber por alienação da controlada Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais à nossa controladora Novo Oriente Participações Ltda.

#### Imposto de renda e contribuição social

Os montantes devidos a título de imposto de renda e contribuição social podem ser demonstrados como segue:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2016	2015
	<i>(em R\$ mil, exceto percentuais)</i>	
Lucro antes dos impostos	15.711	16.107
Alíquota fiscal combinada	34,0%	34,0%
IR e CSLL pela alíquota fiscal combinada	(5.342)	(5.477)
Despesas indedutíveis	(1.536)	(1.728)
Outras adições/exclusões	100	(17)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(6.778)	(7.222)
Alíquota efetiva	43%	45%

O montante devido a título de imposto de renda e contribuição social apresentou redução de R\$0,4 milhões, passando de R\$7,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$6,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução das despesas com imposto de renda e contribuição social se deu em função do menor lucro antes dos impostos, que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$16,1 milhões, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 diminuiu para R\$15,7 milhões.

#### Resultado do exercício

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$8,9 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.



**Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso fluxo de caixa, com base em nossas demonstrações financeiras**

	Exercícios encerrados em		
	31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	<i>(em R\$ mil)</i>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.651	187.448	328.251
Atividades operacionais	482.063	473.494	463.473
Atividades de investimentos	(63.545)	(82.247)	(172.915)
Atividades de financiamentos	(390.462)	(466.044)	(431.361)
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício	140.707	112.651	187.448

*Atividades operacionais*

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$482,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um fluxo gerado de R\$473,5 milhões no mesmo período de 2016. Essa variação positiva de R\$8,6 milhões deveu-se: (i) um aumento de R\$53,9 em nossos ativos e passivos, que afetaram nosso fluxo de caixa de atividades operacionais parcialmente compensado por (i) uma variação positiva de R\$45,4 milhões no resultado do exercício ajustado por operações que não tem impacto sobre o caixa, como depreciação e amortização, provisões para contingências, custos residuais da frota vendida, equivalência patrimonial e outros, decorrente, principalmente de (a) uma redução de R\$18,5 milhões no efeito de hedge e variação cambial não realizados; (b) uma redução de R\$14,6 milhões no imposto de renda e contribuição social diferido e (c) uma redução de R\$8,4 milhões na provisão para contingências.

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$473,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a um fluxo gerado de R\$463,5 milhões no mesmo período de 2015. Essa variação positiva de R\$10,0 milhões deveu-se: (i) ao resultado do exercício ajustado por operações que não tem impacto sobre o caixa, como depreciação e amortização, provisões para contingências, custos residuais da frota vendida, equivalência patrimonial e outros, com variação positiva de R\$29,9 milhões decorrente, principalmente, (a) de um aumento de R\$26,3 milhões decorrente da depreciação como também do custo residual dos ativos baixados no período; (b) de um aumento de R\$13,5 milhões com despesas de juros e efeito de hedge e variação cambial não realizados; (c) de uma redução de R\$10,1 de juros sobre ativos financeiros não realizados; (ii) a uma redução de R\$19,9 milhões em nossos ativos e passivos, que afetaram nosso fluxo de caixa de atividades operacionais principalmente em razão do aumento de R\$25,5 milhões de juros pagos no período.

*Atividades de investimentos*

O caixa usado por nossas atividades de investimentos totalizou R\$63,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$82,2 milhões no mesmo período de 2016. Essa variação, de R\$18,7 milhões, resultou, principalmente, de um fluxo negativo de R\$164,1 milhões de novos investimentos, compensado por uma redução no valor de R\$ 45,5 milhões nas aplicações financeiras vinculadas.

O caixa usado por nossas atividades de investimentos totalizou R\$82,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, se comparado a investimentos de R\$172,9 milhões no mesmo período de 2015. Essa variação, de R\$90,7 milhões, resultou, principalmente, de um fluxo negativo de R\$122,5 milhões de novos investimentos, compensado por uma redução no valor de R\$ 40,3 milhões nas aplicações financeiras vinculadas.

Para maiores informações sobre os investimentos que realizamos, vide item 10.10 abaixo.

*Atividades de financiamento*

O caixa usado por nossas atividades de financiamento totalizou R\$390,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a um caixa usado de R\$466,0 milhões no mesmo período de 2016. Em 2017,



captamos novos recursos principalmente por meio de nossa sexta emissão de debêntures em setembro de 2017, no valor total de R\$255,0 milhões, que melhorou nosso perfil de liquidez e reforçou nossa posição de caixa, sendo que o aumento na captação dos empréstimos foi de R\$113,3 milhões, compensado por um aumento nos pagamentos de principal no valor de R\$47,4 milhões.

O caixa usado por nossas atividades de financiamento totalizou R\$446,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a um caixa usado de R\$431,4 milhões no mesmo período de 2015. Em 2016, captamos novos recursos principalmente por meio de nossa quinta emissão de debêntures em dezembro de 2016, no valor total de R\$290,0 milhões, que melhorou nosso perfil de liquidez e reforçou nossa posição de caixa, sendo que o aumento na captação dos empréstimos foi de R\$308,2 milhões, compensado por um aumento nos pagamentos de principal no valor de R\$343,3 milhões.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Para uma descrição detalhada das variações dos principais componentes das nossas demonstrações financeiras, vide seção 10.2(a) acima.

1. Efeito da variação de preços e volumes em nossas receitas

O efeito da variação dos preços médios dos serviços que prestamos em nossas receitas são influenciados pelos seguintes componentes: (i) por meio da correção pelos índices previstos nos contratos vigentes; (ii) através de processos de renovação contratual, com o estabelecimento de preços revisados; e (iii) pela precificação de novos contratos. Geralmente, os principais indicadores para estas variações são: variação de salários, variação do preço de combustíveis e lubrificantes, variação do preço de peças e componentes para máquinas e equipamentos pesados e veículos leves e a variação de custo de aquisição de máquinas e equipamentos pesados, veículos leves, componentes, variação das taxas de captação de recursos para aquisição de frota, variação dos tributos e taxas governamentais, tais como IPVA e seguro obrigatório, quando aplicável, para nossa frota, com peso proporcional, de acordo com a incidência de cada indicador. Os preços dos nossos serviços são reajustados de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos nossos contratos e de modo a preservar a rentabilidade inicialmente estimada de tais contratos.

2. Efeitos da variação da taxa de câmbio em nossas receitas

Não aplicável, uma vez que todas as nossas receitas são auferidas em reais. Adicionalmente, nossos instrumentos de dívida denominados em moeda estrangeira estão integralmente protegidos da variação cambial por meio da contratação de instrumentos de *hedge (swap)*. Além disso, variações cambiais não afetam diretamente nossos principais insumos e o preço das máquinas e equipamentos pesados e veículos leves que compõem a nossa frota.

3. Efeitos da inflação em nossas receitas

Nossos custos e despesas são denominados em reais. Procuramos compensar os aumentos de custos decorrentes de inflação e aumentos reais principalmente com ações de melhoria interna de produtividade e ganho de escala ou mediante o repasse de tais aumentos a nossos clientes. Em nossos contratos com nossos clientes, buscamos compensar tais aumentos por meio de cláusulas contratuais que preveem reajustes, que variam de contrato para contrato, baseados no IGP-M ou outros índices de inflação. No que tange à venda de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves desmobilizados, elevações dos preços de ativos novos em decorrência de pressões inflacionárias tendem a implicar valorização dos nossos ativos desmobilizados, impactando positivamente nossos resultados.

4. Introdução de novos produtos e serviços

Não houve a introdução de novos produtos e serviços em nossos negócios no período abrangido neste item.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro, quando relevante**





#### Impacto da inflação em nossos resultados operacionais e resultado financeiro

A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais índices de inflação que impactam nossos resultados operacionais e financeiros nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
IGP-M	(0,5%)	7,19%	10,54%
IPCA	2,95%	6,29%	10,67%

Conforme indicado no item 10.2(b)3 acima, nossos custos e despesas são denominados em reais. Dessa forma, aumentos significativos dos índices inflacionários indicados acima podem impactar negativamente nossos resultados. Adicionalmente, os contratos firmados com nossos clientes estipulam cláusulas de reajustes, mitigando o risco de exposição à inflação. Entretanto, como os contratos só são reajustados uma vez por ano, grandes variações nos preços dos insumos ou reajustes salariais muito elevados podem causar perdas temporárias de margem por conta do descasamento entre a data do reajuste de custo e o reajuste dos contratos. Todavia, para mitigarmos este impacto temporário, tentamos quantificar essas variações no momento de precificação dos nossos contratos.

#### Impacto da variação de preços dos principais insumos e produtos em nossos resultados operacionais e resultado financeiro

Nossos insumos, além dos veículos leves e máquinas e equipamentos pesados, referem-se, substancialmente, a peças de reposição, pneus, lubrificantes e serviços de manutenção preventiva e corretiva da nossa frota operacional, bem como combustível para aqueles contratos com clientes em que assumimos a responsabilidade pelo abastecimento da frota. A variação dos preços desses insumos está relacionada à oscilação do INPC e ANP para preços de petróleo.

Nossos contratos são elaborados de forma a garantirem a recomposição dos preços inicialmente apresentados por meio da utilização, em sua maioria, de fórmulas paramétricas de atualização de preços, que levam em conta as variações desses insumos com base nas informações divulgadas por instituições especializadas, aplicados proporcionalmente. Para os combustíveis e lubrificantes, as variações indicadas no *website* da ANP, de acordo com o período de apuração desejado e o comportamento dessas variações no local onde a atividade é realizada. Com relação aos demais insumos, peças, pneus e serviços de manutenção, por meio do monitoramento da variação percentual dos indicadores divulgados pela FGV-Dados, dentre eles o IGP-M. O uso dessas fórmulas paramétricas, em sua maioria, atualizam os preços na medida em que há uma defasagem entre custos apurada aos valores originalmente propostos. Assim, tais riscos não afetaram nossos resultados nos últimos três exercícios sociais.

#### Impacto da taxa de câmbio em nossos resultados operacionais e resultado financeiro

Nossas receitas não são afetadas por variações na taxa de câmbio, pois estão integralmente denominadas em reais. Adicionalmente, nossos instrumentos de dívida denominados em moeda estrangeira, cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 correspondia a R\$67,9 milhões (R\$226,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$349,6 milhões em 31 de dezembro de 2015), estão substancialmente protegidos da variação cambial por meio da contratação de instrumentos de hedge (swap). Além disso, variações cambiais não afetam diretamente nossos principais insumos e o preço de veículos e equipamentos que compõem a nossa frota.

#### Impacto da taxa de juros em nossos resultados operacionais e resultado financeiro

Nossos resultados operacionais e financeiros são afetados parcialmente por variações nas taxas de juros, à medida que temos uma parcela do nosso endividamento vinculado à variação da TJLP, do CDI e de outras taxas de juros, incluindo como resultado de nossas medidas de hedge com relação a nosso endividamento denominado em moeda estrangeira. Apesar de nossa estratégia de diversificar nossas fontes de captação no que tange a taxas de juros pré-fixadas ou flutuantes, em 31 de dezembro de 2017, 70,6% de nosso endividamento estavam vinculados à TJLP, CDI e outras taxas de juros (60,9% em 31 de dezembro de 2016 e 55,7% em 31 de



dezembro de 2015). Assim, nossas despesas financeiras e resultados poderão ser impactados por um aumento dessas taxas de juros. Não utilizamos quaisquer instrumentos para mitigar os efeitos da flutuação das taxas de juros no Brasil, tendo em vista que nossa administração acredita que tais riscos sejam inerentes às operações no Brasil. Entretanto, limitamos nossa exposição a taxas de juros ao precificar nossos serviços nos contratos celebrados com nossos clientes. Analisamos nossa exposição às variações de taxas de juros em vários cenários, levando em consideração as principais taxas a que nosso endividamento está vinculado. Baseado nessa análise, definimos limites de variação de taxas de juros que consideramos razoáveis.

A tabela abaixo demonstra a composição do nosso endividamento consolidado com base no fator de correção atrelado às nossas dívidas para o período indicado:

Indicador	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
TJLP	11,7%	7,2%	2,9%
CDI	58,9%	53,4%	52,7%
Dólar	0,0%	0,3%	0%
Pré-fixada	29,4%	39,1%	44,3%

Por sua vez, a tabela abaixo demonstra o perfil dos nossos instrumentos financeiros remunerados por juros para as datas indicadas:

Valor contábil	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	<i>(em R\$ mil)</i>		
<b>Instrumentos de taxa pós-fixada</b>			
Ativos financeiros	(230.135)	(247.536)	(362.659)
Passivos financeiros	1.086.152	1.035.385	847.826
<b>Total</b>	<b>856.017</b>	<b>787.849</b>	<b>485.167</b>
<b>Instrumentos de taxa pré-fixada</b>			
Ativos financeiros	-	-	-
Passivos financeiros	452.487	664.327	1.064.868
<b>Total</b>	<b>452.487</b>	<b>664.327</b>	<b>1.064.868</b>

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios encerrados em 2015, 2016 e 2017 não ocorreram mudanças nas atividades operacionais da Companhia, sendo exclusivamente de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves, bem como na comercialização de veículos, máquinas e equipamentos.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve evento ou operação de constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos períodos abrangidos por este item.

#### c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual nos períodos abrangidos por este item.

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis aplicáveis a nossa Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício corrente.

#### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis



Não houve efeitos significativos de alterações em práticas contábeis.

**c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram emitidas sem nenhum parágrafo de ênfase ou ressalva.

**10.5 – Políticas contábeis críticas**

Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas em acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais requerem que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como são formados o julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade às quais essas estimativas estão sujeitas, resumimos abaixo as principais práticas contábeis críticas, na opinião de nossos Diretores.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Redução ao valor recuperável

*Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

*Ativos não financeiros*

Os valores contábeis de nossos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A determinação de fluxos de caixa futuros e valores recuperáveis requer que nossa administração utilize premissas, estimativas e julgamento. Caso estas premissas e estimativas sejam alteradas significativamente, nossa posição patrimonial e nossos resultados podem sofrer impactos relevantes.

Depreciação e vida útil dos ativos

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que corresponde ao custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que passaremos a deter a propriedade do ativo ao final do prazo do arrendamento.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes devem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

No mês de junho de 2015 realizamos um estudo sobre o valor residual esperado na venda de nossa frota após sua desmobilização junto a nossos clientes. Como resultado, não houve alteração na vida útil dos bens, contudo,



o valor residual esperado na venda dos veículos leves aumentou e de empilhadeiras diminuiu. O efeito dessa alteração foi a redução da taxa de depreciação anual de veículos do segmento de terceirização de veículos leves de 14,4% para 12,8% e o aumento da taxa de depreciação anual de empilhadeiras do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados de 9,09% para 13,8%. Já para os demais equipamentos do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados, não houve mudança.

No quarto trimestre de 2016, atualizamos o estudo sobre o valor residual esperado na venda da sua frota de veículos e máquinas e equipamentos. Como resultado, não houve alteração na vida útil dos seus bens, contudo, o valor residual esperado na venda de algumas famílias de ativos mudou. O efeito dessa alteração foi (i) a redução da taxa de depreciação anual de veículos leves de 12,8% para 12,0%, de colhedoras de 16,7% para 15,8%, de transbordo de 16,7% para 14,0% e de tratores de 11,1% para 9,9%; (ii) o aumento da taxa de depreciação anual de caminhões de 8,3% para 9,2% e de pás carregadeiras de 14,3% para 16,0%.

No exercício de 2017, realizamos a revisão da vida útil e valor residual dos ativos compreendidos na frota da Companhia e não identificamos fatores internos ou externos que alterassem a estimativa atualmente praticada.

#### Arrendamento mercantil

Os arrendamentos para os quais assumimos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens arrendados são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil e registrado como ativo imobilizado. Também somos partes em contratos de locação operacional por meio dos quais locamos nossos ativos a nossos clientes. Tais ativos locados continuam sendo reconhecidos como ativos em nosso balanço patrimonial.

No início de um contrato, determinamos se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira a nós o direito de controlar o uso do ativo subjacente. Separamos, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso acreditemos que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado em nossa taxa de juros incremental) e redução do passivo em aberto. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

#### Reconhecimento de receita

Nossas receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das nossas atividades e são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. O reconhecimento das receitas com serviços prestados ocorre quando: (i) o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos por nós; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

As receitas pelas vendas de frota são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao bem são transferidos para o comprador.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos (“Impostos diferidos”)

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas se



revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Impostos diferidos são reconhecidos por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A determinação sobre a existência de lucros futuros tributáveis requer que nossa administração utilize premissas e julgamento. Caso estas premissas sejam alteradas significativamente, nossa posição patrimonial e nossos resultados podem sofrer impactos relevantes. A realização dos impostos diferidos é revisada por nossa administração ao menos trimestralmente.

#### Provisões para riscos e discussões judiciais

As provisões são reconhecidas quando temos uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários estão registrados pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. Nossa Administração, apoiada na opinião de nossos consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecida como despesa.

#### Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando formos parte das disposições contratuais do respectivo instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### **10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

#### **a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off balance sheet items*), tais como:**

Não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

##### **i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável, uma vez que não possuímos arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, que não estejam registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

##### **ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável, uma vez que não possuímos carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantemos riscos e responsabilidades que não estejam registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

##### **iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**



Não aplicável, uma vez que não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**iv) contratos de construção não terminada**

Não aplicável, uma vez que não possuímos contratos de construção não terminada que não estejam registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, uma vez que não possuímos contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estejam registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Conforme comentado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**b. natureza e propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável.

**10.8 – Plano de Negócios**

**a. Investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Nosso principal objeto de investimento é a aquisição de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves para a condução de nossas atividades de locação e terceirização. Sempre que um cliente renova seu contrato conosco, renovamos a integralidade da frota alocada a este cliente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, investimos o montante de R\$303,3 milhões em nossos segmentos de negócio, cada um com regras distintas de renovação de frota de acordo com necessidade de cada cliente/operação. No segmento de terceirização de veículos leves foram adquiridos, em 2017, 4.399 veículos em função da renovação de contratos existentes. Para o segmento de máquinas e equipamentos pesados, foram adquiridos, em 2017, 897 ativos em função da renovação de contratos existentes. Em 31 de dezembro de 2017, nossa frota era composta de 25.685 máquinas e equipamentos pesados e veículos leves, correspondendo um imobilizado residual de R\$1.288,1 milhões.

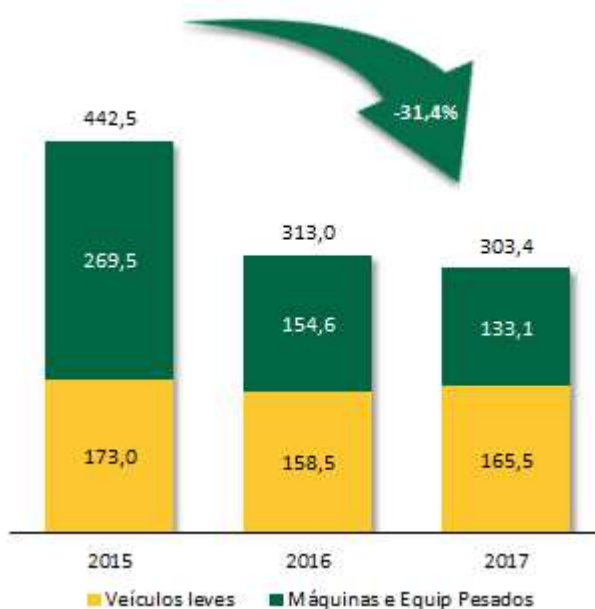
No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, investimos o montante de R\$313,0 milhões em nossos segmentos de negócio, cada um com regras distintas de renovação de frota de acordo com necessidade de cada cliente/operação. No segmento de terceirização de veículos leves foram adquiridos, em 2016, 3.526 veículos em



função da renovação de contratos existentes e 2.198 para expansão em novos clientes. Para o segmento de máquinas e equipamentos pesados, foram adquiridos, em 2016, 795 ativos em função da renovação de contratos existentes e 294 para expansão em novos clientes. Em 31 de dezembro de 2016, nossa frota era composta de 29.320 máquinas e equipamentos pesados e veículos leves, correspondendo um imobilizado residual de R\$1.442,5 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, investimos o montante de R\$442,5 milhões em nossos segmentos de negócio, cada um com regras distintas de renovação de frota de acordo com necessidade de cada cliente/operação. No segmento de terceirização de veículos leves foram adquiridos, em 2015, 4.720 veículos em função da renovação de contratos existentes e 72 para expansão em novos clientes. Para o segmento de máquinas e equipamentos pesados, foram adquiridos, em 2015, 1.606 ativos em função da renovação de contratos existentes e 18 para expansão em novos clientes. Em 31 de dezembro de 2015, nossa frota era composta de 32.162 máquinas e equipamentos pesados e veículos leves, correspondendo um imobilizado residual de R\$1.586,5 milhões.

O gráfico abaixo demonstra os investimentos realizados nos períodos indicados:



Adicionalmente, realizamos investimentos em ativos intangíveis (*software*, marcas e patentes), que não representam parcela relevante do nosso ativo. Esses investimentos corresponderam ao montante de R\$4,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$28,0 milhões e R\$19,6 milhão nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

## ii. fontes de financiamento dos investimentos

Utilizamos estrutura de capital próprio e alavancagem para desenvolvermos nosso plano de negócios. Nossas atividades de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves são caracterizadas pela necessidade de uso intensivo de capital e, desta forma, entendemos que é fundamental o acesso ao mercado financeiro e de capitais próprios para financiar a expansão e renovação de nossa frota, além de fortalecer nossa posição de liquidez. Como recurso para nossa estratégia de financiamento, obtemos empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, em sua maioria linhas de crédito de empréstimos para investimentos e capital de giro, emissões de debêntures, arrendamento ou repasses do BNDES via contratos FINAME/PSI e FINAME/TJLP.

## iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos relevantes nos últimos três exercícios ou no exercício social corrente e



não existem, atualmente, projetos de desinvestimentos significativos.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não foi divulgada nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciem significativamente na nossa capacidade produtiva, desde a nossa constituição até a data deste Formulário de Referência. Entretanto, estamos constantemente atentos às oportunidades de mercado voltadas ao crescimento e expansão de nossas atividades, em linha com nossa estratégia de crescimento.

**c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos e desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Atualmente não há, em nosso plano de negócios, a previsão de lançamento de novos produtos ou serviços além daqueles que já prestamos atualmente.

## **10.9 – Outros fatores com influência relevante**

### **(i) Cenário macroeconômico**

Somos impactados pelo cenário econômico geral no Brasil, tendo em vista que nossas atividades são integralmente desenvolvidas no mercado interno. O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no que tange a crescimento do PIB, da inflação, das taxas de juros e das taxas de câmbio na última década.

O ano de 2015 apresentou um cenário de crise na economia brasileira, onde as turbulências na política econômica vêm causando retração no mercado, sendo alguns reflexos: (i) a instabilidade na inflação e nas cotações das moedas; (ii) os ajustes fiscais impostos pelo governo; (iii) cortes nos investimentos; (iv) retração na produção industrial e (v) projeções de retração do PIB por parte dos especialistas. A recessão econômica no mercado interno e as incertezas no mercado externo, refletem a expectativa de modesta recuperação econômica mundial e apontam para um cenário difícil em 2016. Em 2015, o dólar norte-americano apresentou valorização de 47,0% frente a moeda brasileira, encerrando o ano cotada a R\$3,90/US\$. Com relação à política monetária, dadas as pressões inflacionárias vigentes desde 2013, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou ao longo de 2015 a taxa Selic de 11,65% a.a. para 12,15% a.a. a partir de 22 de janeiro, elevou pela segunda vez em 05 de março de 2015 para 12,65% a.a., mais uma vez em 30 de abril para 13,15% a.a., outra vez em 04 de junho para 13,65% a.a. e a última elevação ocorreu em 30 de julho de 2015 para 14,15% a.a. Já a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sofreu aumentos trimestrais e fechou o ano de 2015 em 7,00% a.a. e para 2016 já foi estipulado um aumento para 7,50% a.a.

O ano de 2016 foi marcado por intensas mudanças na política e economia brasileira, para qual exemplificamos o Impeachment, Olimpíadas do Rio de Janeiro, aprofundamento da crise econômica, por escândalos, corrupção, prisões no âmbito da política. No cenário internacional tivemos o Brexit, representando a saída do Reino Unido da zona do Euro e as eleições norte americana com vitória do então candidato Donald Trump. Foi o ano que a economia mundial e principalmente a brasileira retrocedeu de forma significativa. Ano bastante negativo para os trabalhadores brasileiros que viram o fechamento de mais de um milhão de vagas de empregos formais e sua renda média declinar. Com isto houve a perda do poder de compra, impacto no consumo e consequente recessão econômica. Além disso, tivemos a alta inflação chegando a casa dos 2 dígitos, vimos o dólar romper a linha dos 4 reais com a maior alta dos últimos 8 anos, a taxa Selic chegar aos 14,25% a.a. e o fim do FINAME/PSI. Para grande parte das pessoas e empresas a vida ficou bem mais complicada e com dinheiro escasso, com as dificuldades aparecendo em praticamente todos os setores da economia. Foram 7 trimestres de quedas sucessivas no PIB. Em meio a todo este cenário negativo, apareceram alguns fatos positivos como a queda do dólar, a recuperação da bolsa, o recuo da inflação, corte da taxa Selic de 0,50% no último trimestre e melhoras nas projeções para 2017. Essas melhorias nas projeções têm se concretizado, com redução na inflação que está abaixo do centro da meta, queda do dólar que está abaixo dos 3,20 e a recuperação da bolsa que passou dos 65 mil pontos e uma nova redução da taxa Selic em 0,75% no primeiro mês do ano. No entanto 2017 não deverá ser



o ano que o país sairá completamente da crise, uma vez que iniciamos com uma queda 0,5% no PIB contra os 3,4% de 2016. A fase de alta taxa de juros já passou e temos perspectiva de uma Selic próxima dos 10% para fim de 2017. Agora o governo precisa adotar medidas e reformas populares, mas necessárias, para recuperar a credibilidade e atrair mais investimentos para o país.

O ano de 2017 novamente foi marcado pelas mudanças na política e economia brasileira, para qual exemplificamos a avaliação desfavorável do governo, medidas de impacto nas contas fiscais, retomada de uma dinâmica mais favorável da produção industrial, leve recuperação da população empregada mesmo com as altas taxas de desemprego, escândalos de corrupção e prisões no âmbito da política.

No cenário internacional destacamos uma modesta recuperação da economia, porém com certa dificuldade na volta do crescimento sustentável em consequência da escassez de investimentos, fragilidade do comércio mundial e de uma desaceleração da produtividade. Foi o ano em que a economia mundial e principalmente a brasileira apresentou leve retomada no segundo semestre. Em função de uma grave recessão de 11 trimestres seguidos, a inflação ficou no menor patamar da última década. Como consequência direta, o BC pode realizar uma forte desaceleração na taxa de juros (Selic). O IT17 chegou a 14,25%, mas logo na reunião seguinte do COPOM, já iniciou o ciclo de reduções, fechando o ano em 7,00% a.a. (corte de mais de 50% no ano). A retomada da economia em 2017 após a forte recessão iniciada no 2T14 deveu-se a um conjunto de fatores, entre os quais: mudança de expectativas em relação à orientação de política econômica, forte crescimento da safra agrícola e crescimento global mais expressivo. A redução da taxa Selic permitiu um recuo das taxas de captação, principalmente nas operações de crédito livre, contribuindo para a diminuição das taxas de juros desses empréstimos. Os spreads do crédito livre também recuaram, de 42,7% em fevereiro de 2017 para 35,1% em setembro. O spread bancário do Brasil é muito maior do que o de outros países, tanto emergentes quanto desenvolvidos. Essa diferença restringe um maior desenvolvimento do crédito no País.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relacionados à economia brasileira nos períodos indicados:

	<b>Exercícios encerrados em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Crescimento do PIB <sup>1</sup>	1,0%	-3,6%	-3,8%
Taxa CDI <sup>2</sup>	9,9%	14,0%	13,2%
TJLP <sup>3</sup>	7,1%	7,5%	7,0%
Taxa SELIC <sup>4</sup>	7,1%	13,7%	14,2%
Valorização (desvalorização) do Real em relação ao Dólar <sup>5</sup>	(1,1%)	(16,5%)	(32,0%)
Taxa de câmbio para venda (no final do período) R\$ por US\$1,00 <sup>6</sup>	R\$3,31	R\$3,26	R\$3,90
Taxa de câmbio média – R\$ por US\$1,00 <sup>7</sup>	R\$3,19	R\$3,45	R\$3,33
Inflação (IGP-M) <sup>8</sup>	(0,5%)	7,19%	10,54%
Inflação (IPCA) <sup>9</sup>	2,95%	6,29%	10,67%

<sup>1</sup> Fonte: IBGE.

<sup>2</sup> O CDI é a taxa de depósito interbancário diária média no Brasil (no final de cada mês e anualmente).

<sup>3</sup> Representa a taxa de juros de longo prazo aplicada pelo BNDES em financiamentos de longo prazo (no final do período).

<sup>4</sup> A taxa de juros de referência a pagar aos detentores de alguns valores mobiliários emitidos pelo governo brasileiro e negociados com base na taxa SELIC (no final do período).

<sup>5</sup> Calculada com base na taxa de câmbio para conversão de Dólares em Reais 31 de dezembro comparada com 1º de janeiro do mesmo ano.

<sup>6</sup> A taxa de câmbio para venda no final do período.

<sup>7</sup> Média das taxas de câmbio para venda no último dia de cada mês durante o período.

<sup>8</sup> A taxa de inflação é o IGP-M, calculado pela FGV.

<sup>9</sup> A taxa de inflação é o IPCA, calculado pelo IBGE.

<sup>10</sup> Estimativa a ser atualizada após a disponibilização dos dados oficiais pelo IBGE.



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018

#### ANEXO II – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração global anual da Administração para o exercício social de 2018, no valor de até R\$ 7.628.803,96 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e três reais e noventa e seis centavos).

**a) *Período a que se refere a presente proposta de remuneração:***

A proposta da Administração se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, qual seja, o exercício social corrente.

**b) *Comentários sobre (i) os valores aprovados na Proposta de Administração em 2017 e (ii) os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados, incluindo eventuais diferenças entre as informações descritas nos itens (i) e (ii):***

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada pela Companhia em 28 de abril de 2017 foi de até R\$ 7.081.376,14 (sete milhões, oitenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e quatorze centavos).

O valor efetivamente realizado referente à remuneração dos Administradores para o exercício social de 2017 foi de R\$6.549.819,64 (seis milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos). Foi identificada a diferença de R\$ 531.556,50 (quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) em relação ao valor inicialmente previsto, sendo que tal diferença ocorreu devido ao fato da parte variável da remuneração não ter atingido seu patamar máximo previsto, da empresa ter tomado medidas de austeridade econômica e não realizar a totalidade dos reajustes inicialmente previstos.

**c) *Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra “a”) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social):***

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pelos acionistas para o exercício social de 2017 foi de até R\$ 7.081.376,14 (sete milhões, oitenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e quatorze centavos), enquanto o valor da remuneração global dos administradores proposto pela Administração da Companhia para o exercício social de 2018, é de até R\$ 7.628.803,96 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e três reais e noventa e seis centavos).

A diferença entre os valores acima propostos, no valor de R\$ 547.427,82 (quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), contempla previsão de reajuste monetário da remuneração atual da administração da Companhia.

Para fins de maior detalhamento, segue abaixo quadro comparativo entre (i) os valores efetivamente realizados referente à remuneração dos Administradores para o exercício social de 2017; e (ii) os valores constantes da Proposta de Administração apresentada em 2018.

Remuneração total prevista/realizada para o Exercício Social encerrado em 31/12/2017 Valores Anuais						
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Total <sup>1</sup>	
	Valor realizado em 2017	Proposta de Administração em 2018	Valor realizado em 2017	Proposta de Administração em 2018	Valor realizado em 2017	Proposta de Administração em 2018
Nº de membros	5	5	2	2	7	7
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	2.142.827,91	2.457.638,88	2.062.764,00	2.307.652,20	4.205.591,91	4.765.291,08
Benefícios diretos e indiretos	0	0	270.830,41	320.217,71	270.830,41	320.217,71
Participações em comitês	0	0	0	0	0	0
Outros	428.565,58	491.527,78	412.552,80	461.530,44	841.118,38	953.058,22
Descrição de outras remunerações fixas	ENCARGOS	ENCARGOS	ENCARGOS	ENCARGOS	ENCARGOS	ENCARGOS
Remuneração variável	0	0	50.444,10	57.691,31	50.444,10	57.691,31
Bônus	0	0	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	1.095.230,74	1.433.434,80	1.095.230,74	1.433.434,80
Participação em reuniões	0	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Pós-emprego	0	0	86.604,10	99.110,84	86.604,10	99.110,84
Cessação do cargo	0	0	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0	0	0
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.		
Total da remuneração	2.571.393,49	2.949.166,66	3.978.426,15	4.679.637,30	6.549.819,64	7.628.803,96

<sup>1</sup> Não houve remuneração prevista/realizada para Conselho Fiscal.